



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 22 - Nº 406 - DE 20 DE FEVEREIRO A 6 DE MARÇO DE 2011 - R\$ 3,00

**Salário mínimo de fome**

**de Dilma: R\$ 545,00**

**Salário Mínimo Vital: R\$ 3.850,00**

**Abaixo a colaboração das centrais  
com o governo esfomeador!**

**Pela luta independente da classe  
operária contra a miséria, a  
fome e a exploração capitalista!**



**Golpe militar interrompe a  
revolução democrática no Egito.**

**Abaixo a junta militar e os  
ministros de Mubarak!  
Viva o levante popular!**

**Protestos se espalham pelo mundo árabe**



**Bahrein**



**Iemen**



**Líbia**



**Tunisia**

# R\$ 545,00 – o novo salário mínimo de fome do governo Dilma/PT/PMDB

Depois de muita conversa e de choramingo da CUT e da Força Sindical, Dilma Rousseff contou com o apoio da imensa maioria dos deputados para aprovar o salário mínimo de R\$ 545,00.

O argumento do governo foi o de que um reajuste acima desse valor aumentaria em muito os gastos públicos, no momento em que precisa fazer corte nos gastos para combater a inflação. Descarrega, assim, os desequilíbrios das contas públicas sobre os ombros de milhões de aposentados, de trabalhadores empregados pelo Estado e pelas empresas.

O governo do PT/PMDB retoma a velha mentira de que o aumento dos salários é causador da inflação. Mentira que serve aos interesses dos capitalistas e à sua administração pública.

A fonte de miséria de vastas camadas da população se encontra no salário mínimo, no desemprego e no subemprego. Para o acúmulo de capital, a burguesia lança mão de um piso salarial extremamente baixo, sobre o qual se ergue a pirâmide das demais faixas de remuneração. Eis por que desde a criação do salário mínimo pelo governo Getúlio Vargas o seu valor tem caído.

Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL/PMDB), chegou a um dos maiores rebaixamentos. Lula prometeu, se eleito, dobrá-lo. O que não seria nenhum grande feito, considerando que não retornaria nem de longe ao valor inicial fixado por Getúlio, que por sua vez não havia resolvido a situação de superexploração e pobreza da maioria. Lula atravessou oito anos de governo e não cumpriu sua meta. Elevou o salário-mínimo a pouco mais de 60%. No finalzinho do mandato, divulgou o valor de R\$ 540,00, deixando o cálculo final para Dilma, que admitiu R\$ 545,00.

O Partido Operário Revolucionário rechaça esse valor e denuncia o governo de Dilma como esfomeador. Defende o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**.

## Que as Centrais rompam o acordo antioperário

A CUT e a Força Sindical apresentaram como proposta ao governo o reajuste do salário-mínimo para R\$580,00. Reduziram para R\$ 560,00, sob a expectativa de que aumentaria a pressão parlamentar sobre o governo e o obrigaria a negociar um aumento acima dos R\$ 545,00.

Os burocratas sindicais – à frente deles Paulinho da Força – peregrinaram pelos corredores do Palácio e do Legislativo em busca de compreensão das autoridades quanto ao pleito de R\$580,00. Ocorre que os cálculos de Lula/Dilma resultaram de um acordo com as Centrais, que tem por critério a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos últimos dois anos e a inflação do ano. Aplicado, resultou em um reajuste que sequer cobre a inflação do custo de vida.

As Centrais procuraram remediar apresentando um valor que estava claro que não seria aceito pelo governo. Jogaram com a possibilidade de Dilma flexibilizar o acordo e atender em parte o pleito dos burocratas. Mas o governo estava sob intensa pressão de setores da burguesia e de organismos do



*Vicentinho foi o relator do Salário Mínimo de Fome*

imperialismo para fazer cortes orçamentários (“ajuste fiscal”). O que começaria por acabar com a meta de recuperar o valor do salário-mínimo, estabelecida por Lula, mesmo que a contagotas.

Os burocratas encenaram algumas manifestações – inclusive com pequenas interrupções do trabalho em algumas fábricas – para darem a impressão de que estavam empenhados por um valor maior e, portanto, não serem responsabilizados pelo mísero reajuste resultante do acordo.

O Partido Operário Revolucionário denuncia esse acordo e a política de colaboração da burocracia sindical. Está colocada a luta para que as Centrais rompam o pacto criminoso de reajuste do salário mínimo.

## Rechaçar o reajuste por decreto

Juntamente com a votação do salário mínimo, aprovou-se também a lei que permite à presidente da República decidir por decreto o valor do salário mínimo, segundo o critério do acordo estabelecido informalmente entre o governo Lula e as Centrais. O dirigente da CUT, Artur Henrique, considerou-a como “uma inegável vitória da classe trabalhadora”. Isso porque o crescimento do PIB e a inflação projetada assegurarão, provavelmente, um reajuste para R\$ 620,00, em 2012.

A burocracia acomodada ao governo não quer que a questão seja motivo de mobilização da classe operária e de disputas interburguesas no Congresso. A oposição parlamentar ao governo Dilma contesta a constitucionalidade de retirar da Câmara e do Senado a faculdade de decidir sobre o salário mínimo. O cavalo de batalha entre oposição e base governista na aprovação do novo salário mínimo não passa de disputas intestinas voltadas a ludibriar as massas sobre a importância dos partidos burgueses e do Congresso, bem como para preparar o terreno para as próximas eleições.

A classe operária deve rejeitar o reajuste automático por ser um critério antioperário estabelecido pela colaboração da burocracia com o governo Lula. Com essa lei, Dilma evita conflitos no Congresso, não tem que negociar com os burocratas e pode decretar o salário mínimo de fome.



Em defesa do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**, rechaçar a lei que preserva o salário mínimo de fome.

## Pronunciamento de Lula

Para o ex-presidente e dono do PT, as Centrais deveriam honrar o acordo. Chegou a acusar de “oportunistas” as lideranças que não aceitavam os R\$ 545,00. Argumentou que o acordo não pode servir apenas no bom momento da economia. A sua cobrança tem sentido. O caudilho colocou a CUT e a Força Sindical na armadilha do PIB e da inflação passada. Se o PIB cresce e a inflação é baixa, o reajuste parece bom, quando na realidade não fere a alta lucratividade dos capitalistas e nem pesa na gigantesca arrecadação de impostos. Se o PIB não cresce e a inflação é alta que se ferrem os milhões que dependem do salário-mínimo (e também os milhões que recebem acima, uma vez que o salário-mínimo serve de referência).

Como se nota, o pacto da burocracia custista e forcionista com Lula é bom para o capital e mau para os assalariados. O Paulinho reclamou que o começo do governo de Dilma estava sendo diferente do de Lula que manteve boas relações com as Centrais. Ou seja, Lula ouvia e negociava as pretensões dos burocratas, que têm atrás de si a classe operária explorada e descontente. Alguma migalha tem de ser apresentada aos operários.

A política de contenção das lutas e de colaboração de classes, porém, não pode ser inteiramente gratuita. O governo e a burguesia devem ajudar os burocratas a enganar os explorados. Os sindicatos de mãos vazias e os operários apertados pelas necessidades básicas não é nada bom para a harmonia entre o capital e o trabalho, tão importante para a lucratividade capitalista.

Há um porém no novo governo que as Centrais ajudaram a eleger: a crise mundial aberta em 2008 e, conjuntamente, afastada no Brasil em 2010, não foi debelada. Os desequilíbrios começaram a se manifestar, expondo e comprometendo os artifícios da “exitosa” política econômica de Lula.

Respondendo à campanha da imprensa de apoio à Dilma e de “desconstrução” de Lula, o magoado caudilho disse que o êxito de Dilma será o seu êxito e o fracasso será o seu fracasso. A mensagem serve não à imprensa opositora ao seu governo, que em sua vulgaridade acha que Lula tem ciúmes de sua sucessora, mas principalmente aos seus colaboradores sindicalistas.

O novo governo tem pela frente um caminho de espinheiro e não de flores. Tudo deve ser feito para que Dilma o atravesse. Uma das condições fundamentais para que a burguesia mantenha a confiança no governo se encontra na diretriz de defender o capital a todo custo. O primeiro teste acaba de ser vencido, impondo um salário mínimo corrigido abaixo do custo de vida e mantendo a burocracia disciplinada no jogo parlamentar, ao qual está completamente viciada.

## A farsa na Câmara dos Deputados

Finalmente, foi para a votação na Câmara Federal, em 16



Centrais se uniram para negociar a miséria entre R\$ 545,00 e R\$ 560,00

de fevereiro, o projeto do governo. A tarefa de relatar o projeto coube ao ex-presidente da CUT, Vicentinho, deputado pelo PT. Havia a expectativa do “batismo de fogo”. Dilma obteria maioria? Haveria divisões na base aliada? A oposição capitaneada pelo PSDB teria força? Mas tudo se resumia a pressões para que Dilma liberasse verbas represadas e avançasse na distribuição de cargos.

O PSDB dias antes levou o derrotado José Serra ao Congresso Nacional para soltar os fogos de artifícios do salário-mínimo de R\$ 600,00. E a burocracia sindical encenou no picadeiro bancando R\$ 560,00 e não mais os R\$ 580,00. Ameaçou com uma manifestação operária, mas não passou de bravata, conhecida e desprezada pelo governo. A Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB) que estava com os R\$ 580,00 permaneceu no anonimato – o PCdoB que a dirige seguiu as ordens de Dilma. E a Conlutas, opositora ao governo, não interferiu em nada.

A base governista votou maciçamente nos R\$ 545,00. E ainda contou com votos da oposição, tanto do PSDB quanto do DEM. Diante da cruzada da Força Sindical pelos R\$ 580,00, bastou o ultimato de Dilma ao ministro do Trabalho, para que o seu partido (PDT) baixasse a crista. O PSB votou em peso com o governo. O mesmo fez o PCdoB, desconsiderando a CTB. A votação das propostas de R\$ 560,00 e de R\$ 600,00 não passou de marcação de posição. Não houve, portanto, “batismo de fogo” algum ao governo.

As forças partidárias e parlamentares da ordem burguesa, no fundo, estavam de conjunto pelos R\$ 545,00. Os parlamentares que puderam aproveitar o circo e a encenação de divergências para obter vantagens políticas se saíram bem, e aqueles que não obtiveram nada aguardam a próxima oportunidade. Assim funciona a democracia burguesa. Desse antro, a classe operária e os demais explorados não podem esperar nada.

## Conlutas – um recuo de posição

A Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP- C) se mostrou incapaz de responder ao circo montado pelo governo e pelas Centrais adversárias (CUT, Força e CTB). Não fez uma

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

campanha por um salário mínimo vital. Criticou a “política de valorização” do salário-mínimo do governo e o valor de R\$ 545,00, mas abriu mão da bandeira de salário mínimo calculado pelo Dieese de R\$ 2.227,00. Passou a defender R\$ 826,20. E formulou como “política de valorização” o critério de uma recuperação que em curto prazo de tempo atinja o valor do Dieese.

Juntamente com a Intersindical e Fórum Sindical dos Trabalhadores, lançou um Manifesto contestando os 62% de aumento para os deputados e apenas 6% para o salário mínimo. Formula genericamente a bandeira de “Salário Mínimo valorizado com reajuste substancial”. E a concretiza da seguinte maneira: “Chamamos as Centrais sindicais (CUT, Força Sindical e CTB) a romper com o governo e lutar junto por um reajuste imediato de 62% no salário mínimo e por uma verdadeira política de valorização que leve no curto prazo ao salário calculado pelo Dieese de R\$ 2.200,00”. (na realidade, R\$ 2.227,00).

No dia 24 de fevereiro, a CSP-Conlutas, Intersindical e Fórum Sindical realizarão uma manifestação em Brasília, quando será entregue aos parlamentares uma carta com várias reivindicações. Quanto ao salário mínimo reivindica: *“os deputados e senadores desta casa decidiram dar aos seus salários 63% de reajuste. Diante desta liberalidade e falta de critério de índice igualitário, queremos um reajuste substancial concedido também ao salário mínimo, buscando justiça social, com uma melhor distribuição de renda”*. Por essa formulação, vemos o quanto o PSTU que dirige a CSP-Conlutas se adaptou à burocracia que rompeu com a CUT ou que não está com a CUT (Intersindical, Confederações, Federações e sindicatos não filiados). É completamente oportunista e demagógica a bandeira de *“reajuste substancial”*. Com essa posição e com um ato posterior à votação na Câmara Federal, a CSP-Conlutas expõe sua impotência política.

## Somente o salário mínimo vital defende os explorados da miséria

Como se chega ao valor do salário mínimo? Somando os gastos com as necessidades básicas de uma família de 4 pessoas, que é uma média do lar operário.

Segundo o Dieese, alimentação, aluguel, despesas de casa, transporte, educação, saúde, vestuário, etc. custavam R\$ 2.227,53. Esse deveria, portanto, ser o salário mínimo. Fizemos nossos cálculos e chegamos a um valor mais elevado – R\$ 3.824,07. Cabe aos sindicatos convocarem as assembleias para apresentarem aos trabalhadores os seus cálculos. Nada disso é feito. Divulgam-se os dados do Dieese em alguma publicação; comenta-se a necessidade de distribuir renda e fazer justiça social. Pura conversa! A burocracia sindical não quer saber de mobilização pelo salário mínimo. A razão está em que essa reivindicação se choca com os pilares de sustentação da exploração do trabalho.

Acabamos de ver que Lula não dobrou o irrisório salário mínimo e que Dilma começou por golpeá-lo. A CSP-Conlutas, por sua vez, o rebaixou a um valor que não defende minimamente a vida das massas. Basta ver que segundo o Dieese somente 1 trabalhador necessita de R\$ 265,15 para a alimentação. Os defensores dos mais variados valores – da CUT à CSP-Con-

lutas, porém, todos têm em comum a manutenção da miséria – rechaçam a bandeira de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**. Consideram inalcançável e, por isso, desmobilizador. Esse argumento deve ser bem analisado.

Por onde se deve começar a defesa do salário mínimo? Do valor que supostamente mobiliza ou do valor que cobre as necessidades da família operária? São duas questões distintas e interligadas. Para o POR, o ponto de partida está em levar à classe operária e demais assalariados o valor que corresponde às necessidades e defendê-lo. Mas cabe às assembleias decidirem democraticamente. A burocracia não percorre esse caminho. O argumento dos marxistas aos operários se concentra na necessidade de vida das massas e no combate à exploração capitalista do trabalho.

Cabe aos explorados exigir da classe capitalista e de seu governo o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**. Se o proletariado arrancará integralmente ou parcialmente o necessário, somente a luta de classes decidirá. Trata-se de uma correlação de força que se manifesta e se modifica com o confronto. O que a prática tem demonstrado é que os defensores do salário mínimo de fome não mobilizam nada, seja a direita ou a esquerda sindical. É o que acaba de ocorrer com os R\$ 580,00 da CUT e os R\$ 826,20 da CSP-Conlutas.

## Método de luta

A reivindicação do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** condiciona o método de luta e as suas tarefas. A primeira atitude a ser tomada é propagandear entre os trabalhadores o valor do salário mínimo vital. Convocar as assembleias e unificá-las em um só movimento nacional. Organizar as manifestações locais, regionais e nacionais. Entregar ao governo a reivindicação e exigir que a atenda. Preparar a greve geral para arrancar o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**.

Certamente não se trata de uma fórmula, mas de um conjunto de ação que possibilita à classe operária manifestar suas tendências de luta. Caso os explorados não estejam dispostos no momento a ir para as ruas, então nem o salário mínimo vital, nem o salário mínimo de fome modificará o ânimo geral das massas.

Por se tratar de uma reivindicação que se choca com os pilares da exploração capitalista, exige um amplo trabalho no seio da classe operária com um programa de reivindicações, como emprego a todos aplicando a escala móvel das horas de trabalho, escala móvel de reajuste diante da alta dos preços, fim da terceirização e outras. Nem o reformismo, nem o centrismo de esquerda podem assumir a defesa da vida das massas e a partir dela lutar pelo fim da exploração do trabalho.

Não é novidade o fato das Centrais subordinarem o salário mínimo à decisão do governo e do Congresso Nacional. É abominável a conduta política da CSP-Conlutas e a Intersindical de correrem atrás das manobras parlamentares, vinculando o reajuste do salário mínimo ao da farra dos 62% correspondentes ao auto-aumento decretado pelos deputados.

O **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** não se substitui por um salário mínimo de fome ou disfarçado de solução gradual da fome. A sua defesa exige organizar a classe operária para a luta.

# PSTU maneja a CSP-Conlutas com a política centrista

A posição unitária da CSP-Conlutas com a Intersindical, Confederações e Federações em torno do salário mínimo de fome vai muito além do valor. Abrange posições políticas e ideológicas antagônicas às do proletariado, ou seja, do marxismo. Adentra-se ao reformismo. O vínculo entre os 62% do aumento dos ganhos dos parlamentares com a reivindicação de reajuste do salário mínimo apresentado pelo texto unitário somente na aparência é pragmático e serve de denúncia ao Congresso Nacional. Acaba-se por aceitar como fato os 62% e se pleiteia a isonomia.

Ao se defender “uma verdadeira política de valorização do salário mínimo”, a CSP-C ilude os trabalhadores sobre a possibilidade do governo burguês assumir essa tarefa e coloca-se pelo gradualismo. Não por acaso, a defesa de uma política de valorização vem acompanhada da reivindicação de curto prazo para se atingir o índice do Dieese. Não diz, no entanto, que prazo curto é esse.

A posição gradualista de partir de um reajuste de 62% (R\$ 826,20) para chegar “em curto prazo” ao valor de 2.200,00 é própria do reformismo. Reflete a diretriz geral da burocracia sindical de atribuir ao Congresso Nacional a meta de aumentar o salário mínimo progressivamente.

## Bahia

# Luta de classes na Bahia: necessidade de uma direção revolucionária

Nas últimas semanas ocorreram algumas manifestações, greves e paralisações de trabalhadores, estudantes e servidores públicos na Bahia.

## A greve operária

Os trabalhadores do setor da construção civil da capital iniciaram uma greve por tempo indeterminado no dia 10 de fevereiro. Nas negociações com o sindicato, os empresários propuseram em reunião da SRTE um primeiro aumento de 6,47% e, em seguida, a mediação do órgão tentou fechar um acordo em 11%. Entretanto, a categoria não aceitou a proposta de acordo dos capitalistas em assembleia, definiu o percentual de aumento em 15% e decidiu pela greve por tempo indeterminado. A estimativa é que 70 % das obras tenham sido paralisadas. Os trabalhadores fizeram passeatas e uma assembleia foi marcada para definir os rumos do movimento e da campanha salarial de 2011. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção é filiado à CTB, dirigida pelo PCdoB estalinista, corrente já integrada ao Estado burguês.

A direção do sindicato defende uma proposta de piso de R\$ 1.050,00 (operário qualificado), R\$ 653,60 (ajudante prático) e R\$ 615,27 (ajudante comum), valores que representam alguns poucos reais acima do indicado pelo órgão de mediação da SRTE e muito aquém do salário mínimo calculado pelo DIEESE, para não dizer muito abaixo do salário mínimo vital, que deve ser calculado com base nas reais necessidades dos traba-



Manifestação das centrais em Brasília: pressão parlamentar

É passada a hora da militância aguerrida do PSTU submeter o centrismo a uma severa crítica, romper com ele e se colocar pela construção do Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

lhadores e não nas possibilidades dos governos e dos capitalistas. Enquanto isso, na construção civil o número de acidentes só aumentam de ano a ano. O último caso foi a explosão de uma empresa no bairro do IAPI, em Salvador, atingindo 3 trabalhadores, um dos quais morreu no dia 16/02.

## Manifestações pelo passe-livre

Os estudantes, organizados nos grêmios estudantis e entidades, marcaram uma assembleia para o dia 14/02 e uma nova manifestação no dia 16/02 em Salvador. Os estudantes já haviam parado no dia 07 de fevereiro, quando realizaram uma série de manifestações fragmentadas em alguns pontos da capital, consistindo no protesto contra o aumento da passagem de ônibus e pelo passe livre. É preciso dizer que o movimento e as entidades estão sob domínio das correntes estudantis ligadas ao PT e ao PCdoB, além daqueles que se intitulam independentes. Isso fica patente nas limitadas reivindicações estudantis, que passam longe de uma real política revolucionária, como também o reflexo das disputas eleitorais em Salvador. Não é à toa a bandeira defendida pelos manifestantes de impeachment do atual prefeito de Salvador, João Henrique. Trata-se da canalização da rebeldia estudantil para as disputas interburguesas entre os partidos, visando à eleição municipal a frente.

## Paralisação dos professores

No dia 15/02, os professores da rede municipal de Salvador

iniciaram uma greve reivindicando mais segurança nas escolas e a resolução do déficit no quadro de professores, devendo manter a paralisação até o dia 18/02. São no total 5.400 professores atuando no município para um contingente de cerca de 108 mil alunos. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Redes Públicas do Estado da Bahia (APLB) é dirigido pela burocracia sindical do PCdoB, que se encontra há muitos anos no poder do sindicato e tem desenvolvido uma política de conciliação de classes com o governo do Estado, do qual o PCdoB é base na Assembleia Legislativa.

A política da direção da APLB levou a um profundo descontentamento de parte da base, que passou a se organizar paralelamente à direção, reivindicando democracia na entidade. Isso está expresso na condução institucional que a direção dá à paralisação e ao caráter limitado das reivindicações, frente à situação de crise em que se encontra a educação no estado da

## Bahia

### Programa “Minha Casa, Minha Vida” e os rumos do Movimento dos Sem Teto da Bahia

# Incentivos governamentais a grandes grupos econômicos

## Programa Minha Casa, Minha Vida

No final do mês de março de 2009, o governo lulista lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida. O pacote habitacional prometia a construção de 1 milhão de moradias (e, principalmente, R\$1,5 milhão de empregos), sem prazo estipulado para conclusão. Segundo o governo, o programa voltava-se para atender ao déficit habitacional brasileiro, à época, em torno de 6,3 milhões de moradias. Os recursos proviriam do Orçamento Geral da União (R\$28 bilhões), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (R\$7,5 bilhões) e do BNDES (R\$1 bilhão) e seriam repassados às empreiteiras contratantes. As moradias construídas seriam vendidas à população sob juros e parcelas subsidiados. 40% das construções seriam destinadas às famílias com rendimento de até três salários mínimos (que representam 90% do déficit habitacional brasileiro) e 60% dos recursos seriam destinados às famílias na faixa de 3 a 10 salários mínimos (10% do déficit).

Tratou-se de mais um golpe contra os explorados. A um só tempo, a administração burguesa petista saqueou os cofres públicos em prol das grandes construtoras, injetou recursos no sistema financeiro parasitário e pôs os explorados a pagarem ainda, a título de benefício, o valor das moradias. Três vezes enganados, os operários e demais explorados ainda foram obrigados a suportar o discurso e a prática reformista e colaboracionista das diversas correntes políticas que dirigem ou atuam nos movimentos de luta pela moradia, que se colocaram a reboque da política habitacional dos governos federal, estadual e municipais, semeando ilusões entre as massas das ocupações que suas reivindicações de moradia (e serviços sociais conexos) seriam atendidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

## Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB Colaboracionismo do PSOL

No caso do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que dirige o movimen-

Bahia e, particularmente, em Salvador, com as péssimas condições de trabalho dos professores, as baixas remunerações, a superlotação das salas, o sucateamento das escolas, a ausência de condições elementares de ensino, a violência, o tráfico de drogas etc.

## Construir a unidade dos explorados em luta

Todas essas manifestações, greves e paralisações demonstram a necessidade de unificar as lutas. Há um crescente descontentamento dos assalariados, dos sem-teto, dos estudantes e setores de classe média endividados. Trata-se de organizá-los em um único movimento em torno de um programa de reivindicações. As direções sindicais e populares colaboracionistas constituem o principal obstáculo à luta unitária. É necessário combater a política colaboracionista, trabalhando pelas reivindicações e defendendo o método da ação direta.

to, conseguiu fazer do acúmulo de derrotas impostas aos explorados mais uma oportunidade de avançar com sua política pequeno-burguesa de levar o movimento a se ajoelhar diante do programa do governo petista. O PSOL se empenhou em transformar os explorados em colaboradores dos exploradores. Desde o lançamento do programa, a militância psolista sentou à mesa com o governo estadual para negociar a escala de exploração que sofreria o movimento, tornou as suas atividades de mobilização em recepção das comissões técnicas governamentais de apresentação de maquetes e projetos, assessorou a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e demais órgãos públicos na elaboração de inúmeros cadastros e transformou-se em porta-voz do governo, acalmando as massas e arrefecendo o espírito de luta.

Mal acabado o Programa Minha Casa, Minha Vida 1 e tendo entregue, até julho de 2010, apenas 3.588 moradias em todo país na faixa de renda de zero a três salários mínimos ou 1,2% do previsto, o governo lançou, como mote de campanha da atual presidenta, o Minha Casa, Minha Vida 2 (com a promessa de outras 2 milhões de moradias). O PSOL já conhecia a sua tarefa: colaborar, apesar de utilizar o termo menos vergonhoso “pressionar o governo”. Eximem-se de computar o saldo de sua atitude política diante do primeiro programa: desmobilização geral; fim das atividades de formação política e desarticulação de seus fóruns organizativos e deliberativos; perda da periodicidade das reuniões da coordenação estadual e desagregação da base, que se dividiu em torno das promessas do governo e da desorganização da direção do movimento.

Sobrará à direção as tarefas de explicar às bases porque nenhuma nova moradia foi entregue ao movimento e porque demoram tanto a ficar prontas aquelas prometidas; sanear as dúvidas quanto ao provável recebimento do bolsa-aluguel; selecionar aqueles que receberão as casas (haja vista que, além de inexistentes, são insuficientes) e resolver pequenos conflitos,



frutos de sua própria política reformista, colaboracionista e desmobilizadora. Distante do programa revolucionário, continuará a atuar como assessoria do estado dentro dos movimentos sociais, quando o papel que se coloca é impulsionar a organização e luta revolucionárias do movimento.

## **Confirmada a farsa da moradia para os pobres**

Os militantes do POR atuam politicamente no MSTB há mais de dois anos e, desde então, vem assinalando as limitações das bandeiras reformistas e fazendo a defesa do método da ação direta e da necessidade de formação política para fortalecimento do movimento. Enfrentamos críticas e até mesmo o risco do isolamento, mas nunca nos esquivamos de levar aos explorados o programa revolucionário e a análise das políticas burguesas e pequeno-burguesas com base no programa da classe operária.

A realidade comprovou a justeza de todos os nossos prognósticos. As unidades prometidas pelo governo não foram entregues ao MSTB até o fim do mandato do governo Lula e as que estão sendo construídas são erguidas em ritmo moroso, burocrático e desrespeitoso ao movimento. Enquanto isso, os reais beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, a classe média endividada, já receberam financiamento, até julho do ano passado. São 149 mil unidades, que aumenta o endividamento da população, sobre a qual se ancora a política do governo para a crise.

Ao passo em que os explorados são obrigados a financiarem triplamente a sua moradia, o lucro das principais construtoras duplicaram ou triplicaram (o lucro da MRV Engenharia avançou 110,6% no terceiro trimestre de 2010; até setembro de 2010 o lucro da Cyrela aumentou 239% e da Gafisa, 340% em plena ressaca da crise mundial). Entre as dez empresas mais lucrativas do setor em toda a América, incluindo os EUA, oito são brasileiras. Diversas delas, apoiadas no crédito amplo fornecido pelo governo e na dilapidação dos salários e da poupança da classe média brasileira, diversificaram seu ramo de atuação e criaram novas marcas específicas para o novo mercado de baixa renda: a Gafisa detém a Tenda, a PDG Realty - maior empresa nacional do setor, detém a Agre, e a Odebrecht criou a marca Bairro Novo. Todas são unânimes em afirmar que o Programa Minha Casa, Minha Vida foi crucial para manutenção de seus elevados lucros, mesmo com a crise mundial. Pó isso, compareceram unânimes como financiadoras do caixa de campanha da atual presidenta Dilma Roussef.

Os conjuntos que foram erguidos e entregues, como o caso amplamente noticiado do conjunto em Feira de Santana, enfrentam os problemas anunciados desde o início. A comercialização das moradias e precarização das condições de habitação nas moradias concluídas revelam, mais uma vez, que a questão da habitação não se soluciona nos marcos do estado capitalista.

## **Lutar pela moradia é lutar pela destruição do capitalismo**

O Programa Minha Casa, Minha Vida jamais se tratou de um enfrentamento à questão histórica da habitação. Nenhum programa do estado burguês aplacará as chagas oriundas da própria dominação burguesa: falta de moradia ou moradias precárias, o desemprego, a fome e as condições miseráveis de sobrevivência da maior parcela da humanidade. As soluções burguesas estão circunscritas às relações econômicas burguesas. O estado burguês

age transformando o flagelo do déficit habitacional em mercadoria e reforçando a exploração sobre as massas. O novo pacote habitacional, como diversos outros lançados por governos anteriores, tratou-se tão-somente da continuidade da política de amplo financiamento e apoio aos grandes conglomerados econômicos (a falsa tese petista do Brasil-Potência, requentada do período ditatorial) e de uma medida emergencial "anti-cíclica" de socorro da grande indústria e do capital financeiro especulativo (graças às encomendas da construção civil, a Gerdau manteve a sua produção durante a crise, tendo em vista o esfriamento da demanda internacional). Após o pacote, todos os índices de emprego e de utilização da capacidade produtiva da indústria retornaram ao patamar anterior ao auge da crise em 2008 ou, mesmo, os superaram. O Estado burguês agiu rapidamente para salvar os capitalistas e para conter a luta de classes.

Sobre o papel desempenhado pelas correntes reformistas nos diversos movimentos sociais em luta pela moradia, em particular o Partido Socialismo e Liberdade no Movimento dos Sem Teto da Bahia, deve-se ter claro que o PSOL, desde a sua origem, está circunscrito ao mesmo programa reformista petista. O PSOL nasceu à sombra da degeneração do Partido dos Trabalhadores. A sua distância do programa revolucionário é a mesma praticada pelo PT, senão maior, pois se esquivam de assimilar o fracasso da experiência petista. O seu apelo à ética e à moral, a sua busca ao PT das origens revelam a um só tempo a sua adesão ao programa reformista e à estratégia eleitoral de um governo democrático e popular petista, ou seja, de colocar-se à frente do Estado burguês. Enquanto lamenta o progressivo aburguesamento do Partido dos Trabalhadores, não consegue esconder a frustração em não estarem dentro do estado burguês, tece as suas relações políticas com setores marginais do próprio PT e está sempre disposto a partir para a disputa eleitoral burguesa considerando-a o genuíno espaço de fortalecimento político e organizativo das massas.

Na Bahia, o PSOL esforçou-se em converter toda a sua militância em candidatos políticos ao parlamento e ao executivo nas eleições em 2010 chamando, inclusive, voto crítica em Dilma Roussef no segundo turno. Esvaziou as atividades políticas do movimento e avançou para as massas com um programa idêntico ao de sua antiga legenda, perdida para a burguesia. Já prepararam a campanha eleitoral para 2012. Trata-se de um partido alinhado às reivindicações puramente pequeno-burguesas e, em última instância, estão em defesa da propriedade privada (mesmo que da pequena propriedade privada), o que os coloca na contramão da luta revolucionária do operariado e demais explorados.

O Partido Operário Revolucionário empenha-se em aproximar os explorados de seu programa político histórico, o programa da Revolução Proletária. Moradia, terra e condições dignas de vida são questões democráticas pendentes que não se resolverão no marcos do capitalismo. A própria realidade o comprova. Segundo dados do último Censo 2010, existem 6,07 milhões de imóveis desocupados no Brasil, enquanto o déficit habitacional atual é de 5,8 milhões de moradias. A moradia não será concedida pelo Estado burguês. Será arrancada. Apenas a revolução proletária possui condições de levar a termo as tarefas democráticas pendentes, acabar com a exploração da burguesia e com a propriedade privada e avançar para o comunismo.

**Alagoas**

# Responder com luta à exploração e a violência no campo

Um grupo de 20 jagunços invadiu um acampamento do Movimento pela Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MLST. A milícia a serviço dos neocoroneis da cana-de-açúcar e da burguesia agrária queimou barracos, agrediu e atirou contra os trabalhadores, cerca de 80 famílias, acampadas à margem da AL- 405, município de Porto Calvo. Este atentado contra os camponeses reflete a violência capitalista no campo.

**Concentração agrária, pobreza e violência no campo, condicionadas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado.**

Em Alagoas a estrutura fundiária é altamente concentrada, segundo o IBGE, os estabelecimentos com mais de 100 hectares representam apenas 5% do total, e abrangem 62% da área ocupada. A maior parte destas terras é destinada à monocultura da cana-de-açúcar que alimenta a agroindústria sucroalcooleira exportadora. Esta estrutura econômica, condicionada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, combina alta tecnologia com métodos de produção pré-capitalistas, promove a concentração de riqueza em detrimento da miséria da maioria. A proporção de pobres no estado é a maior do Brasil, cerca de 62% (PNAD/IBGE).

Tais contradições do sistema capitalista desenham um cenário de conflitos e violência no campo, os casos de violência se multiplicam em todo o Brasil. O recente atentado ao MLST é reflexo desse contexto. O aparato repressivo do Estado burguês e as milícias dos coronéis protegem a grande propriedade burguesa no campo em detrimento do sustento, da liberdade e da vida dos trabalhadores.

**Não podemos confiar nos governos e nem Na Justiça burguesa**

Segundo dados da CPT, no período de 2002 a 2006, primeiro mandato de Lula, houve um aumento da violência contra os trabalhadores no campo, crimes como: ameaças, tentativas de assassinatos e assassinatos superaram os números do governo anterior, mesmo com uma queda no número de ocupações no mesmo período.

Como podemos esperar que o governo de Alagoas, capitaneado pelo usineiro Teotônio Vilela Filho, investigue e puna seus comparsas de classe pela violência no campo? Ora, os governos e a justiça, no capitalismo, estão a serviço da classe capitalista. Basta dizer que só no mês de janeiro foram retiradas cerca de 200 famílias de terras consideradas improdutivas a

mando da justiça. Nada podemos esperar do Estado burguês, a não ser a violência. A impunidade para os burgueses desnuda o caráter de classe da justiça burguesa.

Não é mais possível a burguesia e seus governos cumprirem a tarefa democrática da reforma agrária, o fim do latifúndio da exploração capitalista no campo só pode se dá por meio da aliança operário-camponesa, integrando as reivindicações dos camponeses e operários agrícolas à tática da revolução e ditadura proletárias.

Diante de tal situação, o Partido Operário revolucionário convoca a todos os trabalhadores do campo a responder com luta à exploração e a violência no campo.

**TRIBUNAIS POPULARES PARA PUNIR OS CULPADOS PELA VIOLÊNCIA CONTRA OS TRABALHADORES NO CAMPO;**

**COMITÊS DE ARMAMENTO E AUTODEFESA;**

**NACIONALIZAÇÃO DAS TERRAS E EXPROPRIAÇÃO DO LATIFÚNDIO SEM IDENTIFICAÇÃO;**

**ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA, REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS.**

**Rondônia**

# Defender as reivindicações e os métodos dos trabalhadores Combater a burocracia sindical conciliadora

No dia 11/02, a burocracia do Sintero convocou uma assembléia para os trabalhadores em educação do estado, com os seguintes itens de pauta: enquadramento dos professores, reposição salarial, pagamento de precatórios dos técnicos e transposição dos servidores do antigo território.

O resultado da assembléia foi que os servidores saíram sem nenhuma proposta de reposição salarial. Os burocratas ficaram na embromação, afirmando que agora com o governo “Confúcio vai ser diferente”, que as negociações estavam avançando. Pura demagogia eleitoreira!

Quanto à reposição das perdas salariais, principal ponto da assembléia, sequer foi apresentado o percentual como era de costume em anos anteriores. A burocracia não teve a vergonha de reproduzir a velha ladainha dos politiquês. Disse que o governador reconhece a defasagem salarial e que vai “trabalhar” o mais rápido possível para repor as perdas. Afirmou, ainda, que o governador pede compreensão da categoria e que alegou não ser possível corrigir os erros de oito anos em 30 dias.

Foi mais longe. Disse que o secretário de educação, Jorge Elarrat,

prometeu que o governo cumprirá a lei do Piso Salarial Profissional Nacional, em função da redução de 30 aulas para 26 dos que possuem o contrato de 40 horas e, que, se o professor se sobrecarregar com mais aulas, receberá hora extra. Portanto, a proposta do governo para corrigir a defasagem salarial é o aumento de trabalho e um piso de dois salários mínimos de fome.

Em relação ao pagamento do precatório da ação do salário mínimo dos Técnicos Administrativos Educacionais, a Seduc confirmou que o estado está cumprindo a lei que determina o depósito de 1,5% da receita corrente líquida para saldar as dívidas. Mas os burocratas enfatizaram a fala do governo Confúcio/PMDB de que não pode pagar o que o governo anterior deixou de cumprir. Resposta do Sintero: para acelerar o pagamento do precatório, “buscar reuniões com o Tribunal de Justiça, o Banco do Brasil e o governo”. Veja a que se presta um burocrata sindical!

Sobre a transposição, o demagogo Mauro Nazif, deputado Federal pelo PSB, compareceu à assembléia como um dos tutores dessa bandeira, que se arrasta há dezenas de anos. Disse que a nova bandeira federal ainda não entrou “nessa luta”, mas que os deputados e



senadores reeleitos continuam pressionando o Ministério do Planejamento para que publique o decreto que vai dar início à transposição. O demagogo diz estar “preocupado” com os cortes de gastos no governo federal, mas como a transposição está na Constituição Federal e já é lei, acredita que com “muita luta” (claro, no Parlamento) a reivindicação se tornará realidade. A burocracia aproveitou para incentivar “novas caravanas” à Brasília.

Em resumo, nada foi decidido.

## **Burocratas do Sintero conciliam com o governo Confúcio/PMDB**

Os trabalhadores em educação precisam rechaçar a política con-

## **Plenária da Corrente Proletária**

# **A essência do Plano Nacional de Educação (PNE)**

Antes do término do governo Lula, o Ministro da Educação (Fernando Haddad) entregou o Plano Nacional de Educação, com vigência de 2011 a 2010. Trata-se de um documento elaborado pelos representantes do governo, acadêmicos e pela burocracia sindical, apresentado na Conferência Nacional de Educação (Conae). Com poucos ajustes, o PNE deverá ser votado no Congresso Nacional e sujeito às emendas.

O PNE é constituído de 10 diretrizes e 20 metas, que alicerçam a estratégia de solucionar o fracasso escolar e ampliar a inclusão de crianças, jovens e adultos nos vários níveis de educação. Pretende corrigir a grave situação de um País em que apenas 10% da população concluíram o ensino superior; 23%, o médio e 36% não terminaram o fundamental.

Nos congressos sindicais e estudantis, controlados pela burocracia que apoia o governo do PT, aprovaram o PNE e ressaltaram algumas emendas, a exemplo do percentual do PIB à educação. A Corrente Proletária rechaçou o PNE. Expomos abaixo as principais razões.

1. Um projeto educacional proposto pelo governo não se refere a uma soma de diretrizes e metas. Refere-se a uma política do Estado para administrar o setor educacional do País. Expressa, necessariamente, os interesses ideológicos e materiais da classe dirigente, que controla a economia e o poder político. Não é uma Lei em si, ao contrário, é um conjunto sistemático de medidas que respondem ao tipo de educação que se pretende implantar no Brasil. O PNE é, portanto, a materialização das leis gerais em vigor, entre elas a LDB e Fundeb.
2. A discussão do PNE deve partir dos objetivos da educação, que são os sustentáculos das diretrizes e metas. A burocracia sindical faz o caminho inverso, porque não discorda dos objetivos gerais. Assim, procura se ater às diretrizes e metas, com o intuito de alterar um ou outro aspecto do projeto, considerado não satisfatório. Quer fazer crer que modificando algumas particularidades estará alterando em favor dos trabalhadores e estudantes. A experiência tem mostrado que esse caminho leva à aceitação do Plano governamental.
3. O PNE é o compromisso do governo petista com as reformas educacionais exigidas pelos organismos imperialistas (FMI/Banco Mundial). Assim, a natureza do Plano é privatista. Está aí por que se apoia na LDB, gestada para impor as reformas de redução dos gastos educacionais por meio da

ciliadora da burocracia. Sem luta nas ruas, paralisando as escolas, as reivindicações não sairão do papel. Devem exigir que as assembleias sejam locais de discussão e aprovação de propostas de enfrentamento aos governos. A burocracia usa as assembleias como tribuna para os politiqueros. Está aí por que dizemos que os burocratas são eleitores, demagogos e conciliadores. Mas se os trabalhadores não comparecem às assembleias, a burocracia faz o que quer.

A Corrente Proletária da Educação tem como tarefa construir uma oposição para combater a burocratização do sindicato e sua estatização e defender as reivindicações da classe com os métodos dos trabalhadores, que é ação nas ruas, a greve e os bloqueios.

“descentralização” (municipalização), da implementação das parcerias público-privadas e da expansão da privatização. O fato de conter alguns índices a mais de recursos (7% do PIB) não contradiz sua natureza. Isso por que o montante que é destinado à educação é um problema que diz respeito ao orçamento do Estado, que está sujeito ao crescimento ou não da economia.

4. Dessa forma, a análise do PNE deve partir das condições objetivas da sociedade em que vivemos. Deslocá-lo desse contexto é se enveredar nas explicações subjetivistas. A burocracia sindical separa o PNE e outras Leis estatais de sua base material. Certamente, porque esconde o caráter de classe do Estado e do governo e mascara sua defesa da ordem social capitalista. Embora, nos discursos, os reformistas não deixam de se referir a uma sociedade do futuro, igualitária.
5. O Brasil é um país capitalista, mas atrasado em relação às potências imperialistas. Como parte do processo mundial capitalista, na condição semicolonial, não está isento das consequências da crise econômica que golpeia a Europa e Estados Unidos. Os países imperialistas ditam as orientações gerais da educação, que estão reproduzidas nas reformas educacionais da década de 90 e nos PNEs. Tal orientação determina uma escola ajustada à etapa vigente do capitalismo. O que pressupõe uma educação com poucos recursos estatais, moldada de forma empresarial – avaliação e desempenho-, centrada numa aprendizagem direcionada aos objetivos quantitativos estabelecidos pelo Estado, e voltada para uma população que não pode comprar o ensino. O projeto de PNE dá sequência a essa estratégia. A rejeição do PNE se dá combatendo de conjunto as Leis e medidas que sustentam a reforma educacional.
6. A educação reflete o grau de desenvolvimento da sociedade. Assistimos a um profundo fracasso escolar. Inúmeras tentativas pedagógicas foram implementadas, mas o ensino continua memorístico e distante da realidade, apesar do desenvolvimento das tecnologias. O PNE receita a unidade entre a teoria e a prática, como fórmula para uma educação de qualidade. Mas isso nada tem a ver com a combinação entre escola e trabalho, fundamento para a assimilação do real conhecimento e sem o qual não há unidade entre teoria e prática. O conhecimento exigido pelo PNE é o livresco, aquele que pode ser mensurável pelas avaliações

institucionais.

7. O PNE foi formulado a partir dos resultados negativos de aprendizagem, medidos pelo IDEB. Estipula metas para o próximo decênio. Parte do pressuposto que os anos iniciais do ensino fundamental obterão, em 2011, a nota 4,6 e chegarão a 6,0. Os anos finais do ensino fundamental, de 3,9 para 5,5. E o ensino médio, 3,7 para 5,2. São metas arrojadas tendo em vista que o ensino médio alcançou, em 2010, notas inferiores a 2,0. A nota 6,0 é uma exigência dos organismos internacionais. Puxar os resultados para cima e estipular os alcances superiores não dependem da educação em si, mas das condições econômicas, políticas e sociais nas quais estão inseridas as escolas, os trabalhadores e os estudantes. A educação é um fenômeno superestrutural, que tem a determinação, em última instância, da estrutura econômica da sociedade. A contradição fundamental que lhe é inerente – potencialidade das forças produtivas e a existência da propriedade privada dos meios de produção - marca o destino da educação. O que quer dizer que a fase imperialista do capitalismo é a da sua desintegração. As crises constantes e a intensidade delas sinalizam a decomposição do sistema econômico. A educação não fica à margem dessa lei geral do capital.
8. A meta de aplicação gradual de 7% do PIB foge às condições objetivas de desenvolvimento econômico do País. Se se não altera a base material da sociedade, os recursos para a educação continuarão limitados aos interesses da classe dominante. A correspondência entre crescimento econômico e investimentos na educação não se faz de forma aritmética. O crescimento positivo da economia brasileira, no ano de 2010, não foi estendido à educação. Ao contrário, o governo Lula cortou 1,2 bilhão de reais do orçamento do MEC, que já é ínfimo, cerca de 4% do PIB. A burocracia sindical contesta em palavras os 7% e propõe 10% do PIB, mas sem alterar a base material da sociedade de classe. A elevação de recursos ao ensino é uma reivindicação democrática que depende unicamente da força social do movimento, expressa na luta de classes.
9. Há um conjunto de metas no PNE que revelam o grau de empirismo, mecanicismo e demagogia dos proponentes. Entre elas:
- a) “erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional”. Como estratégia propõe: manter a Eja, ações de alfabetização para os jovens e adultos, realizar exames específicos para medir o grau de analfabetismo e fornecer óculos aos alunos de Eja. Isso não passa de uma “intenção”, porque depende das condições objetivas em que está inserida essa população analfabeta. A existência de 40 milhões de pessoas vivendo do Bolsa-Família, de 1/3 de trabalhadores sobrevivendo com o salário mínimo de fome e de milhões desempregados e subempregados é determinante na erradicação do analfabetismo absoluto e funcional. Sem se alterar essa situação, não se elimina uma chaga imposta pelo capitalismo aos países semicoloniais.
  - b) “universalização do atendimento escolar”. O PNE pretende universalizar até 2016 o acesso à escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliá-lo para 50% para as de até 3 anos. Como estratégia, indica a oferta de creches pela via de concessões (convênios) e da “colaboração das três esferas - União, estados e município. O PNE sequer garante o direito à totalidade do ensino infantil. Faz malabarismo para reafirmar o que já está na LDB de subsídios para a rede conveniada, livrando o Estado da função de construção e manutenção de escolas e creches. Em relação à universalização do ensino fundamental II, diz que uma das estratégias é o acompanhamento do acesso e da permanência por meio do programa de transferência de renda, o Bolsa-Família, o “Leve-leite”. A dificuldade de universalizar o ensino de 6 a 14 anos se deve aos desequilíbrios regionais e a maior concentração de miséria nas regiões Norte e Nordeste. As crianças, desde cedo, trabalham para ajudar no sustento da casa. A escola e o trabalho se tornam incompatíveis. Sobre o ensino médio, o compromisso é de atingir 85% da juventude. Trata-se de uma meta suntuosa, tendo em vista que menos de 50% da juventude de 15 a 17 anos freqüentam esse nível de ensino. A jornada de trabalho estafante e o ensino descolado da realidade estão na raiz da evasão e do acesso. No que se refere ao ensino superior, propõe elevar para 33% as matrículas. Portanto, mais do que dobrar o número de estudantes que têm acesso à educação superior gratuita. Desconsidera a política de expansão da privatização das universidades, que vem sendo fortalecida com a criação do ensino a distância e com a desnacionalização desse setor considerado de “serviços”.
  - c) “Valorização do magistério público da educação básica”. Trata-se da defesa do piso nacional profissional, que é de R\$ 1.200,00, por 40 horas de trabalho. Portanto, dois salários mínimos. Como boa parte dos municípios e estados não tem recursos para implementar o piso, a defesa de sua legalização pelo PNE comparece como uma conquista, para a burocracia sindical. No discurso, defende o piso do Dieese (R\$2.194,76), mas aceita o piso governamental. E a implantação dos Planos de Carreira, que supostamente teriam como centro a redução da jornada de trabalho em único estabelecimento. Sabemos que o salário, o emprego e as conquistas de um Plano de Carreira não virão por meio da aprovação do PNE, mas serão resultados do enfrentamento dos trabalhadores da educação com os governos que arrocham salários, demitem, subempregam e retiram direitos.
  - d) “Existência de Planos Carreira, no prazo de 2 anos”. O objetivo dos Planos é selecionar os trabalhadores da educação por meio de concursos. Mecanismo de demissão de uma parcela do professorado. A aprovação nos concursos não assegura a estabilidade, porque a efetivação só viria após o estágio probatório. O PNE se coloca contra a estabilidade e reforça os instrumentos seletivos de admissão e demissão dos trabalhadores do ensino.
  - e) “Nomeação de diretores de escola vinculada a critérios de mérito e desempenho e participação da comunidade”. Isso nada tem a ver com o critério de eleição de diretores. Tem a ver com o resultado das avaliações institucionais, travestido com o slogan de “participação da comunidade”.
10. O PNE se sustenta na coexistência entre o ensino público e privado, fonte de destruição da escola gratuita. Na

continuidade da política de fundos, Fundeb, como forma de viabilizar a Lei geral da educação (LDB). E na separação entre o pensar e o fazer (teoria e prática), elemento da destruição das capacidades físico-mentais das crianças e da juventude. A rejeição ao PNE significa defender um conjunto de reivindicações como ponto de partida na luta contra o sistema capitalista, raiz da decomposição do ensino e embrutecimento cultural das massas exploradas.

- a) Defesa do salário mínimo vital. Esse é o piso que permite que os trabalhadores da educação possam sustentar suas famílias, estudar e ter acesso à cultura. Favorece a manutenção em uma única rede de ensino, elemento fundamental para preservar a saúde dos trabalhadores. Em nossos cálculos, o salário mínimo vital deve ser de R\$3.900,00. Conforme a inflação cresce, o salário deve ser reajustado automaticamente. Trata-se da escala móvel de reajuste;
- b) Defesa da estabilidade. Todo professor deve ter a garantia do emprego. Os concursos são eliminatórios. As provas de seleção dos Ofas servem unicamente para demitir. A implantação da estabilidade depende da existência do trabalho (escolas e aulas). Para que não haja nenhum professor demitido, é preciso a divisão das horas de trabalho. É o mecanismo que permite a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, para que o emprego seja

- garantido a todos;
- c) Defesa de um único sistema de ensino, laico, autônomo e estatal, sob o controle dos trabalhadores e estudantes. Estatização de toda a rede privada, sem indenização, para que haja vagas em todos os níveis para todos.
- d) Defesa da unidade entre a teoria e a prática. A separação entre a escola e o trabalho é uma imposição do capitalismo. A assimilação do conhecimento e sua expansão dependem da combinação entre os estudos e a produção social.
- e) Defesa do emprego aos jovens. Nenhum jovem sem estudo, nenhum jovem sem trabalho. Imposição da jornada de 4 horas no trabalho e o restante aos estudos;
- f) Defesa da Independência política dos organismos dos trabalhadores e dos estudantes. Nenhum apoio ao governo, que é o representante da classe capitalista.
- g) Defesa da luta contra a burocracia sindical e estudantil que colabora e aceita o PNE e outras medidas governamentais;
- h) Defesa dos métodos da classe operária (manifestações, greves, bloqueios e ocupações) para enfrentar os governos que aplicam as diretrizes educacionais pró-imperialistas;
- i) Combate ao sistema capitalista, responsável pela miséria da maioria explorada, pela decomposição do ensino e mutilação das capacidades físico-mentais das crianças, adolescentes e dos trabalhadores do ensino.

## **Londrina:**

# **“Redução” de 5 centavos na passagem custa 7 milhões de dinheiro público em favor dos empresários**

Em Londrina, o Prefeito que havia acumulado atritos com comerciantes, camelôs e outros resolveu “agradar” o eleitorado propondo, demagogicamente, abaixar 5 centavos do valor das passagens. É claro que, para financiar esta bondade, repassará R\$ 7.000.000,00 aos donos das linhas, pois, afinal, não é justo prejudicá-los com essa medida. A Câmara de vereadores já aprovou a proposta.

Depois do anúncio do Prefeito, outros dois vereadores apresentaram também propostas de passe-livre para estudantes, propostas que também previam compensações aos empresários. Um jornalista local, “argutamente” vaticinou que a iniciativa destes vereadores era um movimento para a galera e imaginou que a ULES – União Londrinense de Estudantes – controlada pelo PT, iria fazer barulho a favor deles. O jornalista concluiu seu comentário se perguntando: “Resta saber como se comportará o movimento pelo Passe Livre, que fica na órbita trotskista, mas não é tutelado pelos “partidos burgueses”, como diriam os “camaradas”.”.

Embora a expectativa que o comentário revela seja a de que o “circo peque fogo” na miúda politicagem doméstica, não deixa de reconhecer a importância que o Comitê Londrinense pela Redução da Tarifa e Estatização do Transporte tem na cidade, assim como a sua autonomia perante os partidos da burguesia e o Estado. Apenas se equivoca ao caracterizá-lo como satélite dos trotskistas. O Comitê desde sua origem foi uma frente aberta à participação de todos os militantes dispostos a enfrentar a exploração dos donos de ônibus.

## **Estatização e salário mínimo vital**

O transporte coletivo, embora seja um serviço público, é explo-

rado comercialmente, ou seja, virou uma mercadoria. É tratado do mesmo modo que a assistência médica, a educação e a previdência, serviços essenciais à sobrevivência da população trabalhadora.

Na sociedade capitalista o trabalhador e sua família só conseguem se alimentar, pagar aluguel ou prestação, consultar algum médico, se vestir e se locomover para ir ao trabalho, à escola ou lazer se tiver dinheiro. E só tem dinheiro se tiver emprego.

Ocorre, no entanto, que nem sempre há emprego para todos e, além disso, os salários cada vez alcançam menos para cobrir todas as necessidades de sobrevivência de uma família de trabalhadores. Frequentemente, encontrarmos pessoas parando algum tratamento ou acompanhamento médico por não ter dinheiro para ir ao hospital ou à clínica, e jovens se arriscando nas ruas e rodovias para poder estudar.

É para amenizar essa dificuldade que, em determinadas épocas, o Estado capitalista permite que alguns serviços sejam prestados gratuitamente. Isto ocorre quando, conjuntamente, a economia capitalista está crescendo e precisa empregar mais trabalhadores, como aconteceu no período posterior à Segunda Guerra Mundial durante o qual, nas maiores economias do mundo, se desenvolveu o chamado Estado de Bem Estar Social.

Nessas conjunturas se popularizou a ideia de que o acesso a esses serviços constituíam direitos. Bastou, no entanto, que a economia capitalista entrasse novamente numa recessão (década de 1970 em diante) para que a tendência a ampliar os tais direitos se transformasse no seu oposto. Hoje vivemos uma época em que muitos daqueles direitos estão deixando de ser direitos e o acesso dos trabalhadores a eles é cres-

centemente mediado pelo dinheiro, quer dizer, viraram mercadorias.

O Estado – que inclui o executivo, o legislativo e o judiciário – é a organização que protege os negócios e a propriedade privada dos burgueses e poderosos. Nada mais natural, portanto, no caso dos transportes coletivos, que os políticos (prefeito, secretários, vereadores, etc.) sejam obedientes serviçais dos donos das empresas de ônibus, e isso é assim em todo o país.

Os trabalhadores e a juventude devem ter clareza desta situação para enfrentar a exploração que sofrem da Prefeitura e dos donos das linhas de ônibus, e não ser enganados pelas propostas demagógicas, seja do Prefeito, que diz querer reduzir em 5 centavos as passagens, seja do PT que propõe o passe-livre para todos os estudantes.

A luta contra a exploração do transporte é parte da luta contra toda exploração. Deve servir para juntar-se à luta pelo salário mínimo vital (não a miserável proposta do governo e da oposição), pelo emprego para todos, pelo ensino para todos, dentre outras lutas. Por outro lado, enquanto persistir a ditadura da propriedade privada capitalista, o Estado tentará manter a exploração do transporte coletivo, assim como todas as outras.

## **Estatização sob controle da classe operária**

Não há outra forma de enfrentar a exploração do transporte que não seja defendendo a completa gratuidade – passe livre para todos – o que se combina com a necessidade de estatização sem indenização do serviço. Contudo, o serviço deve ficar sob o controle dos usuários e dos trabalhadores que movimentam as linhas e fazem a manutenção dos coletivos.

Todos sabem que quem dirige, conserta, limpa, cobra, leva a contabilidade, ou seja, movimenta todo o serviço são os trabalhadores. O dono dos ônibus não faz nada a não ser embolsar o lucro e corromper os políticos que trabalham para ele. Dai que se retirarmos o proprietário do meio o serviço fica até mais barato!

Por outro lado, o serviço estatizado não pode ficar nas mãos da prefeitura, pois, esta é a organização dos capitalistas que sempre dão um jeito de ganhar dinheiro com tudo, até com serviço funerário! Por isso defendemos que o serviço deve ficar sob o controle dos usuários – que são

## **Rio Grande do Norte**

# **Derrotar nas ruas o aumento das passagens**

A prefeitura de Micarla de Souza (PV) concedeu um aumento de 10% no valor das passagens, atendendo aos interesses dos empresários dos transportes coletivos de Natal-RN. A partir de então, ocorreram várias manifestações exigindo a revogação do aumento.

A maioria das manifestações foi minoritária. A maior ocorreu após a assembleia dos trabalhadores em educação (SINTE). Mesmo não contando com o apoio da direção da categoria (PT), houve a participação dos ativistas.

O movimento não está conseguindo superar os atos minoritários devido à política do reformismo petista. O PT tem atuado com o objetivo de desgastar politicamente a prefeita e substituí-la nas próximas eleições. Dessa forma, tem agido em favor dos atos inócuos nas ruas e de frente à prefeitura. As propostas de mobilizações relâmpagos servem apenas para desgastar politicamente a prefeita do PV, mas não para a conquista da revogação do aumento.

O PT defende o respeito ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC), elaborado pelos empresários e a prefeitura, que prega certas regras e modificações nos ônibus para justificar aumentos. O TAC não é respeitado pelos empresários de modo que nenhuma melhoria, por menor que seja, ocorre nos veículos. Menos ainda, as propostas de aces-

os que sabem quais os trajetos necessários, a quantidade de ônibus para viajar com conforto e a qualidade das acomodações – e dos trabalhadores, pois estes são os que sempre executaram o serviço e o conhecem.

Aos que hipocritamente dizem que isto é “inviável” só podemos responder que isto já ocorre quando é do interesse dos capitalistas. Há muitos casos de empresas privadas que quando quebram são assumidas pelo estado para serem “saneadas” e depois voltam a ser privatizadas. E não podemos esquecer que durante a última crise iniciada em 2008 o próprio Estado brasileiro drenou bilhões de dólares para salvar bancos, financeiras, e isentou montadoras e outras indústrias, financiado evidentemente com dinheiro dos impostos que todos pagamos. O que é isso se não estatização do auxílio à propriedade privada capitalista? Para não falar de todas as doações de terreno que a Prefeitura de Londrina tem feito a empresários que se instalam na cidade.

## **Salário Mínimo Vital**

Ao mesmo tempo, a luta contra a exploração do transporte não está isolada da luta geral dos assalariados. Por isso é necessário defender de imediato – junto com a defesa do passe livre para todos e a estatização – um salário mínimo que seja suficiente para cobrir todos os gastos de uma família de trabalhadores.

Não se pode aceitar os “argumentos” dos capitalistas e do governo de que aumentando o salário mínimo além da miséria que estão propondo quebraria a previdência ou “inviabilizaria” a competitividade da economia brasileira. O que eles chamam de “economia brasileira” é o lucro privado dos capitalistas nacionais e multinacionais. Nada disso vai parar na mesa do trabalhador. Além do mais, os capitalistas não produzem um grama de toda a riqueza. Tudo é produzido pelos trabalhadores. Por isso, a defesa de um salário mínimo vital é a defesa da sobrevivência da maioria que produz a riqueza.

Defender o salário mínimo vital – que deve ser calculado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias – significa também se opor ao assistencialismo demagógico do bolsa família e do passe livre social. Os trabalhadores não são mendigos! Os trabalhadores são os que produzem toda a riqueza e exigem ser tratados com dignidade!

sibilidade aos portadores de necessidades especiais. Mas os aumentos são assíduos. Desta forma, o PT defende a ação do Ministério Público para obrigar os empresários a respeitarem a lei. O PT integra a ordem burguesa e, por isso, defende a ação do movimento por dentro das suas instituições e leis.

O PT venceu no mês de janeiro o congresso da UMES, que representa os estudantes secundaristas de Natal e adjacências, cerca de mais de 200 mil estudantes. No entanto, não consegue mobilizar os delegados. O motivo está no fato de que o congresso se caracterizou pela disputa aparelhista, distante das bases. Uma disputa entre os partidários do PT e PCdoB, partidos da base governista de Dilma. A impotência da UMES diante da luta contra o preço das passagens reflete a política eleitoreira a que está submetida.

## **A política “realista” do PSTU**

A política do PSTU contribui para o imobilismo. Na reunião no DCE da UFRN, contrapôs a proposta da Corrente Proletária de mobilização da população, restringindo a ação aos estudantes das escolas particulares. Desconheceu o fato dessa camada social estar sob grande pressão dos diretores de escolas, que têm bloqueado a organização



estudantil. Os poucos grêmios que existem, funcionam como centros cívicos. Enfim, não há movimento estudantil nas escolas particulares. Mesmo com sua proposta aprovada, o PSTU faltou a mobilização em frente ao Instituto Sagrada Família.

A bandeira que o PSTU tem levantado no movimento é a da “Fora Micarla, eleições já!”. Na reunião do DCE da UFRN sofreu uma derrota. Ficou claro como esta proposta é eleitoreira. A substituição de Micarla por qualquer um outro governante não resolverá os problemas dos trabalhadores. Nas eleições é o poder econômico que vence. Assim, os estudantes sem partidos rejeitaram a bandeira do PSTU para o movimento. O PT rejeitou a bandeira apenas por conveniência.

A tarefa consiste em trabalhar pela estatização dos transportes coletivos sob controle dos trabalhadores. É claro que o ponto de partida começa por rechaçar o aumento da tarifa, exigir o passe-livre para estudantes e desempregados e reivindicar um salário mínimo vital.

## **Sob a direção do GAS, Conlutas fica à margem do movimento**

A Conlutas está sendo dirigida pelo Grupo de Ação Socialista (GAS). Dissidentes do PSTU, romperam com o partido sem romper com sua política aparelhista. Na reunião de organização do movimento passe-livre, ce-deu o espaço da Central, no entanto não assumiu o trabalho de mobilização. Tudo indica que está reproduzindo prematuramente a burocratização.

O objetivo de romper com a CUT para criar um instrumento de ação das massas não condiz com a realidade. Lembremos que a CUT antes

# **A Prefeitura de São Paulo não quer negociar a revogação do aumento**

## **Uma oportunidade perdida**

Resultado da mobilização das últimas semanas, realizou-se no sábado (12/fev) a audiência pública na Câmara Municipal, tendo como pauta a discussão sobre o aumento da tarifa de ônibus na cidade. Apenas uma parte das cerca de 1.500 pessoas puderam assistir as discussões dentro do plenário, sendo que a outra parte dos presentes ficou do lado de fora. Submeter-se aos ditames da polícia e do Estado foi um erro. Deveria ter-se exigido a entrada de todos.

As falas a que o movimento teve direito, no geral, convergiram para que a Prefeitura revogue o reajuste da tarifa de ônibus. Durante a audiência pública, surgiu uma dicotomia no interior do movimento: os que estavam dentro do plenário estavam inflamados e radicalizados, exigindo abertura imediata de negociações com o secretário de transportes; caso contrário, não abandonariam a Câmara Municipal. Porém, do lado de fora, PSTU e PSOL relutaram em levantar a bandeira de entrada de todos ao plenário e, inclusive, a ocupação do prédio. Isso potencializaria o movimento, criando um fato político que, inegavelmente, desgastaria o prefeito Gilberto Kassab. No fim das contas, foi conquistada a abertura de negociações com o secretário.

## **A resposta da Prefeitura**

Não houve negociações, pois o secretário dos transportes não se reuniu com o movimento. O auto-acorrentamento de militantes do MPL no prédio da Prefeitura não sensibilizou as autoridades – esta foi a frustrada ideia dos acorrentados. O secretário adjunto, após convocar os representantes do movimento às pressas, disse, quinta-feira (17/fev), que não cabia a ele decidir sobre a redução da tarifa nos transportes. Seria uma designação única e exclusiva do prefeito. Uma enrolação.

Após o movimento se reunir em frente ao prédio da Prefeitura, a espera de respostas, as cerca de mil se revoltaram quando anunciaram que não have-

de se burocratizar, na década de 80, agia nos movimentos. Onde ocorria uma desocupação urbana, destruição de barracos, ocupação de favelas pelo exército, greves, etc os diretores da CUT mobilizavam-se para estar presentes. Tomavam a frente do movimento e organizavam a luta. Organizavam plenárias dos sindicatos para se solidarizarem com os movimentos dos oprimidos. Foi assim que a CUT se propagou, ganhou autoridade política frente aos explorados. A burocratização da Central e sua estatização a liquidaram como canal de manifestação dos oprimidos. A Conlutas sequer percorre o caminho inicial da CUT.

## **A atuação do por: derrotar o aumento pela ação direta de massas**

O POR desde o início levou propostas para unificação do movimento com as demais categorias de trabalhadores, em um movimento de massas nas ruas para derrotar o aumento das passagens de ônibus. Propagandeou a ideia do transporte coletivo como um direito e não um serviço à disposição do lucro. Sem o direito de locomoção, o direito a educação, por exemplo, fica prejudicado. Assim, defendemos a estatização dos transportes coletivos urbanos sob controle dos trabalhadores, e passe livre para estudantes e desempregados.

É preciso fazer propaganda na população trabalhadora de Natal, unir as categorias organizadas nos diversos sindicatos que estão em greve ou em vias de deflagração em plenárias de discussão sobre as ações, mobilizar os estudantes e partir para cima da prefeitura, ocupando-a.

ria novas negociações. Alguns fogos de artifício e a derrubada das grades de proteção foram o pretexto de uma nova tentativa de dispersão do ato por parte da polícia. A resposta da Prefeitura de São Paulo e da repressão foi violenta. Todo o arsenal utilizado pela Tropa de Choque da Polícia Militar afastou temporariamente o movimento do prédio. Porém, desta vez o movimento mostrou grande maturidade ao não se dispersar, retornando momentos depois à sede do governo municipal. Encerramos este dia de luta apenas quando foi atendida a reivindicação dos acorrentados, de abandonarem o protesto apenas se pudessem sair pela porta principal do prédio. Isso ocorreu quase à meia-noite, com aproximadamente 500 pessoas esperando.

## **Tarefa imediata: convocar os estudantes secundaristas e universitários**

A volta às aulas exige que o movimento intervenha com força nas escolas e universidades, convocando os estudantes a comporem as manifestações de rua pela revogação imediata do aumento da tarifa. Há a possibilidade de crescimento, uma vez que houve o aumento generalizado das tarifas nos transportes públicos do país, fazendo também parte de um aumento generalizado nos itens básicos de consumo das famílias, corroendo os míseros salários dos operários e assalariados. Isso coloca também a necessidade de levantar a bandeira do salário mínimo vital, que é a resposta ao ataque geral contra as condições de vida das massas assalariadas.

A luta contra o aumento da passagem em São Paulo deve avançar em suas bandeiras estratégicas, pois o direito de locomoção dos trabalhadores e usuários está em contradição com os interesses capitalistas de acumulação dos empresários. A expropriação sem indenização e estatização dos transportes públicos, sob controle da classe operária e usuários, é a única maneira de garanti-lo a todos como direito gratuito, que deve ser sustentado pelo Estado.

**São Paulo (boletim distribuído em 17/02/11):**

# **Fortalecer o movimento e arrancar as reivindicações! Não ao aumento das passagens!**

O movimento contra o aumento das passagens já conta com 5 passeatas realizadas, as quais são realizadas todas as quintas-feiras desde o início do ano, e uma audiência pública (12/02) com o Secretário de Transportes. O movimento tem avançado e deve avançar ainda mais para arrancar suas reivindicações.

As últimas passeatas realizadas tiveram em torno de 4.000 manifestantes. Já passaram pela Av. Paulista, Rua da Consolação, Av. Ipiranga, pelas ruas do centro e por dentro do Terminal Dom Pedro II. A audiência pública trouxe um clima de instabilidade inicial para com o Secretário de Transportes, ao pressioná-lo pela abertura de negociações de imediato.

O governo municipal, através do secretário de transportes, tem atacado o movimento com jogadas corporativistas, devido ao movimento ter uma composição ainda majoritariamente estudantil universitária. Propôs uma saída para os estudantes com uma proposta de tentativa de criação do passe livre estudantil. O movimento negou veementemente esta saída. Assinalou que é contra o aumento da passagem, que ataca todos os trabalhadores, e que não é um movimento que luta apenas pelos estudantes.

## **Unidade com os trabalhadores**

O movimento precisa superar sua composição social estudantil. É necessário os trabalhadores em geral, e em especial a classe operária, participarem do movimento para que ele tenha a força necessária para alcançar seus objetivos. Os trabalhadores devem tomar para si essa luta. Esse é só mais um dos ataques da burguesia, através do Estado burguês, à vida das massas oprimidas. A classe operária é peça chave nessa luta por ser a classe antagonista à burguesia, por poder parar a produção social e afetar a estrutura capitalista.

As centrais sindicais (CUT, Força Sindical etc.), os sindicatos, as entidades estudantis, as associações de bairros e todas as organizações das massas oprimidas devem colocar peso no movimento e trabalhar para torná-lo um movimento das massas. O corpo mole destas organizações em relação ao movimento só fortalece a posição do Estado e ratifica/consolida o ataque imposto através do aumento das passagens. Devemos exigir que elas cumpram seu papel diante do ataque capitalista: defesa da vida das massas, organizando a luta contra a burguesia, seu Estado e seus ataques.

## **A estratégia que o movimento deve incorporar**

O movimento começa com a luta contra o aumento das passagens. É progressista, pois utiliza o sentimento de revolta imediato das massas que surge com esse ataque. Mas, devemos ter como objetivo para os transportes a **ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO** de todo o seu sistema e um **SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO** sob o controle dos trabalhadores de transporte e dos usuários.

A luta contra o Estado é colocada. O Estado é burguês e atende aos interesses da burguesia, em detrimento das necessidades da maioria oprimida. Devemos defender a vida dos trabalhadores. Nessa luta, a bandeira que corresponde a esta defesa é a do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**, aquele capaz de sustentar uma família de quatro pessoas. Em nossos cálculos, o valor deste salário é de R\$3.824,00. Esta defesa é a que trará a maioria oprimida para a luta.

## **Superar as direções que não avançam e liquidar as ilusões no estado burguês**

Desde o início do movimento, algumas correntes têm aplicado uma política contraditória: de um lado empregam a ação direta; de outro procuram submeter o movimento à disciplina imposta pelo Estado. Exemplos destas correntes são o PSOL, o PSTU, o MPL dentre outras. Graças a estes, o movimento tem se submetido nas passeatas ao controle da polícia de maneira subjetiva, isto é, sem ao menos verificar na prática a correlação de forças, e na audiência pública negociou que apenas uma minoria iria ficar dentro da Câmara Municipal. Devemos superar essas direções que no final levam o movimento à derrota.

Um exemplo muito claro desta política foi visto na audiência pública: dentro do plenário tinham um discurso radical de enfrentamento, cobrando a abertura das negociações e a revogação do aumento das passagens, instigando até mesmo a ocupação da Câmara, mas fora do plenário impediam que os manifestantes entrassem, cumprindo um papel de contenção do movimento, impedido de se radicalizar pelas suas reivindicações.

Quando o secretário de transportes se recusou a abrir as negociações e se retirou do plenário, a resposta dos que estavam dentro do local foi acertada: ocupar a Câmara até que as negociações fossem abertas. Mas, novamente é dado um golpe no movimento, quando essas correntes impedem a ocupação da câmara pela maioria dos manifestantes que estavam fora dela, e negocia-se a retirada dos manifestantes em troca de uma nova reunião até a quinta-feira (17/02) às 12h. Conclama-se vitória. Mas, a reunião acabou por se realizar na quinta-feira (hoje) de manhã, sendo que só foi avisada a data no dia anterior. Essa manobra teve exatamente o objetivo de que a reunião contasse com um número ultra-reduzido de pessoas, ou seja, bem afastado do movimento.

A audiência pública foi importante por nos mostrar na prática que não devemos ter ilusões no parlamento, acreditar que o problema está nos governantes, incapazes de atenderem as necessidades do trabalhador e dos estudantes. Não devemos acreditar que a Câmara Municipal é a “Casa do Povo”, como algumas correntes conclamavam na audiência, porque na verdade ela é a “Casa da Burguesia”, é um organismo do Estado onde são administrados os interesses dos capitalistas.

Também devemos assinalar que não foram CPIs que fizeram com que os empresários de transportes deixassem de explorar e saquear cada vez mais a população oprimida. Elas servem apenas como distração. Fazem o movimento nas ruas parar, para no futuro as CPIs não resultarem em nada, ou no máximo para que se troquem as frações da burguesia que exploram o setor.

O movimento precisa se ampliar e trazer às ruas os assalariados, precisa adquirir o caráter proletário da luta de classes. Construir uma direção proletária que defenda e coloque em prática o método da ação direta, superando as direções reformistas que constantemente traem o movimento, levantando as reivindicações mais sentidas dos oprimidos e apontando a luta pela sociedade sem classes, sem opressores e oprimidos, pelo socialismo.

**Nesta edição:**

- O levante popular no Egito
- Crescimento e recuo das economias capitalistas: duas faces de uma mesma moeda
- Argentina: Assim age o imperialismo norte-americano
- Bolívia: Diferentemente do que acontecia no passado, agora as mobilizações estão cada vez mais unificadas

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**

## O levante popular no Egito

O movimento de 25 de janeiro não foi o resultado de um ato espontâneo da juventude que acessa a Internet, como procurou caracterizar a imprensa. Tratou-se de uma ação que vinha sendo planejada há meses e que tinha como objetivo realizar um protesto no “Dia da Polícia”. Expressava o repúdio à repressão desfechada sobre Khaled Said, um jovem que foi espancado até a morte por não ceder à corrupção policial, em Alexandria. A organização da manifestação esteve, inicialmente, sob o comando do grupo que se intitulava “Justiça e Liberdade” e contou com o slogan “Somos Todos Khaled Said”, divulgado pelas páginas da Internet. A esse movimento de jovens de classe média, somaram-se os desempregados, os subempregados e os famintos dos bairros pobres.

O planejamento consistia em realizar várias marchas, partindo dos bairros miseráveis onde a população é a maior vítima da violenta repressão policial. Nas universidades, o protesto tinha como centro a não realização dos exames finais. De cinco lugares do Cairo, as marchas rumaram para a Praça Tahrir. A expectativa era aproveitar o descontentamento dos moradores de favelas e estudantes e reunir cerca alguns milhares de manifestantes contra a polícia do ditador. A palavra de ordem era “Se você quiser mudança, marche para Tahrir”.

Com o crescimento da manifestação - a Praça foi tomada surpreendentemente por 100 mil -, o ditador Mubarak ordenou que a polícia a dispersasse por meio dos jatos de água, bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, cassetetes e pedras. A população reagiu e o Ministro do Interior Habib el-Adly deu o prazo de até meia noite para o protesto se encerrar. Os manifestantes permaneceram e resistiram à repressão policial. Relatam que sair da praça era pior, porque a polícia caçaria os rebeldes nos bairros e nas casas. A repercussão do movimento e a ação repressiva da polícia provocaram a ira de setores da classe média, jornalistas, intelectuais e advogados.

Uma semana depois, mais de 1 milhão de pessoas foi para Tahrir protestar contra a ditadura de Mubarak. A resposta do governo veio na “Quarta-feira Sangrenta” (2/2), quando os policiais disfarçados de pessoas comuns e quando o Partido Nacional Democrático (do governo) contratou bate-paus para enfrentar com pedras, bombas e balas os manifestantes acampados na Praça.

O movimento popular, como tudo indicou, não foi organizado pelos partidos oposicionistas. A oposição correu atrás

dos acontecimentos. O mesmo se deu com o principal partido oposicionista, a Irmandade Muçulmana. O dissidente Mohamed El-Baradei, que vivia na Europa, voltou às pressas ao Egito para ser um dos articuladores da remoção de Mubarak, antes que as massas exploradas pudessem derrubá-lo à força.

### Manobras de Mubarak

A primeira conduta do ditador foi a de reprimir o movimento, com o intuito de espalhar o terror de Estado às camadas médias que aderiram aos protestos. Impôs o “toque de recolher” e cortou o acesso às redes sociais, à Internet e o funcionamento de celulares. Mas milhares de manifestantes desconheciam o “toque de recolher” e permaneceram na Praça. O movimento de Tahrir ganhava adesão de inúmeras cidades, entre elas Alexandria, Suez e Ismaília. Diante da situação, Mubarak usou o artifício de dissolver parte do gabinete ministerial e nomeou o ex-agente da polícia secreta, Omar Suleiman, para o cargo de vice-presidente. O nome de Suleiman era de comum acordo com os militares, com os Estados Unidos e outros países europeus. E impôs o Ministro das Forças Aéreas, Ahmad Shafiq, para o posto de primeiro-ministro. O arranjo do ditador não surtiu efeito. As massas continuaram exigindo a destituição do ditador.

O levante ganhou força com a convocação da greve geral. Mubarak na tentativa de retomar o controle do País declarou que não concorreria às eleições. Recusou deixar o poder. A atitude do ditador só fez aumentar o ódio das massas. Mubarak voltou aos meios de comunicação acusando a Oposição de não aceitar o diálogo e de incitar os jovens à violência e ao saque. A ira dos manifestantes era expressa na palavra de ordem “fora, fora, fora”.

A situação foi se agravando com a paralisação da economia, o governo não conseguia mais comandar e as massas nas ruas não acatavam suas decisões. Mas era preciso firmar o acordo entre setores da oposição burguesa e o Exército. A renúncia não poderia ser precipitada, porque se instalaria um “vácuo” no poder - assim pensavam a cúpula governamental e o imperialismo norte-americano. Suleiman chegou a conclamar o fim dos protestos e pedir a “chance para o Estado promover as reformas”. Nessa altura, Suleiman havia assumido as rédeas do Estado.

Poucos dias depois, pressionado pelas crescentes manifes-

tações, Mubarak propôs a revisão das leis de emergência e das regras que impedem as candidaturas oposicionistas nas eleições. Suleiman realizou negociações com os partidos de oposição, incluindo a Irmandade Muçulmana. Pretendia firmar um pacto por meio da criação de uma comissão com representantes dos partidos e juristas para reformar a Constituição. O acordo estabelecia também a liberdade dos presos políticos e a retirada das medidas que limitavam a liberdade de imprensa. Porém, o pacto manteria o ditador no poder até as eleições de setembro. Os partidos oposicionistas e ElBaradei não puderam selar o acordo porque as duas principais reivindicações do levante não eram atendidas: a renúncia do ditador e a dissolução do Congresso.

Na tentativa de dividir o movimento, Mubarak anunciou o aumento de 15% nos salários do funcionalismo e nas aposentadorias. A medida atingiria 6 milhões de servidores públicos, a maioria tem o salário extremamente miserável. Depoimentos de funcionários confirmam que recebem 250 libras (40 reais por mês) e o aluguel de um apartamento pequeno custa em média 400 libras. A notícia de reajuste salarial não provocou mudança no quadro político de contestação à ditadura.

O principal grupo oposicionista, a Irmandade Muçulmana, comunicou a decisão de não negociar mais com o governo se se mantivesse Mubarak no poder.

Criou-se uma expectativa de que o ditador renunciaria e a praça Tahrir foi tomada pelos manifestantes, que aguardavam a decisão. No final da noite do dia 10 de fevereiro, Mubarak reiterou a decisão de permanecer no cargo até as eleições e afirmou que havia passado “alguns poderes” para o vice-presidente, Omar Suleiman. Em seguida, houve o pronunciamento de Suleiman garantindo as reformas políticas “dentro de um prazo determinado” e “o diálogo” com a Oposição. Os comunicados só fizeram aumentar o ódio dos rebeldes, que ameaçaram fazer uma marcha até o Palácio Presidencial.

Na sexta-feira, 11 de fevereiro, estavam esgotadas as manobras que previam a permanência do ditador. Mubarak é afastado do poder pelos militares e uma Junta de generais assume o comando. O Ministro da Defesa, Hussein Tantawi, carne e unha de Mubarak, passou a presidir a Junta Militar. Sai Mubarak, mas permanece o regime ditatorial sob o comando das Forças Armadas.

## Os Estados Unidos frente ao levante

Nas primeiras horas do movimento revolucionário, a Secretária de Estado, Hillary Clinton, saiu em defesa da estabilidade do regime de Mubarak. Diante da gigantesca mobilização popular, Obama se posicionou por reformas políticas. Nos bastidores, tratou de buscar uma saída para o impasse entre o regime e as massas. Hillary Clinton, então passou a pedir, demagogicamente, o não uso de violência por parte dos dois lados: da população e da polícia. Dizia que os protestos são uma “oportunidade” para conduzir o Egito à democracia.

Os Estados Unidos necessita manter o controle do governo egípcio. O canal de Suez é usado para abastecer as tropas americanas no Iraque. Mubarak foi uma peça chave nos chamados acordos de paz entre Israel e Palestina. Em 2009, Obama escolheu o Egito para começar a negociação com uma ala do islâmismo. O imperialismo tem o País como aliado na conten-

ção dos movimentos do norte da África. Temia e teme que o levante pudesse colocar o poder nas mãos da Irmandade Muçulmana. Não por acaso, Mubarak foi recebido na Casa Branca, poucos meses atrás, para assumir a tarefa de pôr em ação o plano de Obama para o conflito Israel e Palestina. Mas, por outro lado, os Estados Unidos se viram obrigados a manobrar entre o apoio à ditadura de Mubarak e a oposição burguesa que exigia a democratização do Estado.

O oposicionista de carreira, ElBaradei, exortou: “Obama precisa entender que, se continuar com essa política perderá credibilidade diante da população de todo o Oriente Médio”. O presidente do Partido Jovem do Egito, Hussan el-khoury, afirmou que “essa guerra só terá uma solução quando a Casa Branca disser a quem apoia”. As lideranças burguesas não se opunham ao intervencionismo dos Estados Unidos. Ao contrário, queriam Obama como aliado para obter a renúncia do ditador.

Os Estados Unidos negaram que cortariam a ajuda de 1,3 bilhão de dólares às Forças Armadas. E articularam uma saída de Mubarak por meio do vice-presidente Suleiman e do 1º ministro Shafik.

Nos primeiros dias de fevereiro, o embaixador americano no Egito, Frank Wisner, se reuniu com o governo de Mubarak. Certamente, para tratar de sua remoção. Obama defendeu a transição política de forma “pacífica, ordenada e que começasse agora”. A declaração do imperialista Obama se deu após conversas diretas com o ditador. Determinou que a transição contasse com o consentimento de partidos de oposição. Resaltou o “profissionalismo” do Exército, numa clara intenção de utilizá-lo como fator seguro da transição. Hillary afirmou: “Apelo ao governo egípcio para que reúna uma ampla representação da oposição, da sociedade civil e de facções políticas para começar imediatamente as negociações para uma transição pacífica”. Não faltaram elogios ao fato da Irmandade Muçulmana se mostrar favorável ao diálogo da transição e não se colocar em luta pelo poder.

Para o governo norte-americano, Suleiman foi tratado como a peça fundamental da transição, pela condição de poder controlar o Exército. Na Conferência de segurança em Munique, Hillary voltou a defender a transição, levada adiante pelo vive-presidente Suleiman.

O regime político deveria ser mantido, por meio da substituição de um governo por outro governo saído da cúpula dirigente de Mubarak.

## Golpe militar afastou Mubarak

O dia 10 de fevereiro era esperado como o dia da renúncia do ditador. Milhares e milhares de pessoas se aglutinaram na Praça Tahrir à espera do anúncio oficial. Mas Mubarak reafirmou que permaneceria até as eleições presidenciais. Informou que havia repassado alguns poderes para o vice-presidente, Omar Suleiman. A população se enfureceu. Palavras de ordem indicavam que, no dia seguinte, marchariam para o Palácio. Suleiman pediu calma e prometeu o atendimento das reivindicações. O presidente do Partido Nacional Democrático, Hosam Badraw, partido do ditador, foi à Praça Tahrir e nas entrelinhas disse que Mubarak renunciaria. O embaixador egípcio nos Estados Unidos, Sameh Shoukry, reafirmou que Mubarak



não exercia mais o poder: “Suleiman é o presidente de fato”. O opositor ElBaradei temia a explosão das massas e afirmou: “(O Egito) explodirá e precisa ser resgatado pelo Exército” (...) “O Exército deve salvar o país agora”. O vendido Osama el-Ghazali, dirigente do opositor partido da frente democrática, concluiu uma entrevista dizendo que as Forças Armadas “são confiáveis”(...) “a revolução foi feita pelos jovens, mas não são eles que vão governar o país”. “Eles precisam chamar os integrantes honestos e sérios da elite política”.

Poucas horas depois, Mubarak deixou o poder. A manobra traçada para sua substituição foi concluída. Sem dizer que renunciava, o ditador foi afastado. A transição “pacífica” e “ordenada”, como anunciaram os Estados Unidos, concluiu com o golpe das Forças Armadas.

A Junta Militar, rapidamente, procurou convencer os setores oposicionistas de que assumiria o comando do Estado para a “transição democrática”. Prometeu a reformulação da Constituição em 10 dias e um referendo para aprová-la. Anunciou que formaria uma comissão com representantes oposicionistas e juristas para elaborar as mudanças. Reafirmou, também, os acordos com Israel. Houve algumas manifestações isoladas contra o golpe, mas os soldados impediram que ganhassem maiores adesões. O Conselho Supremo das forças Armadas se pronunciou condenando os protestos e os setores que ainda permaneciam em greve, fazendo ameaças para não “comprometerem a segurança e a unidade da população”. O fato é que a maioria dos manifestantes já havia deixado Tahrir. O “estado de emergência” foi mantido sob a alegação de que ainda não havia a estabilidade necessária.

A revolução no Egito foi decepada pela contra-revolução, articulada pelo imperialismo, pela cúpula ditatorial dirigente e pelo braço armado do Estado, com o voto de confiança da oposição burguesa, incluindo a Irmandade Muçulmana.

## O lugar das Forças Armadas e da Polícia

Os militares dirigem o Egito desde a derrubada do rei Faruk, 1952. As Forças Armadas controlam a economia (empresas, fazendas, setores de serviços estratégicos). Os generais encerram sua vida militar e passam a ser proprietários de grandes empresas (petróleo, azeite de oliva, cimento etc). Os compromissos de assegurar a “estabilidade do regime” lhes rendem altos salários, favorecimentos financeiros e volumosas propinas. Entre os militares da ativa e os da reserva das Forças Armadas, Mubarak contava com um milhão de homens. A “transição pacífica” dependeu da manutenção das Forças Armadas, que garantem os negócios do imperialismo na região. Não por acaso, desde o início, evitaram atirar contra os manifestantes.

Por outro lado, a Polícia recebeu a incumbência de assassinar, perseguir, prender e torturar os manifestantes contra a ditadura. É odiada pelas massas exploradas e pela juventude pobre. Foi usada, muitas vezes sem as fardas, para enfrentar com paus, pedras, bombas de gás lacrimogêneo e balas os que protestavam exigindo a saída do ditador. Montou gangues com lumpem para golpear os anti-Mubarak.

Nem bem as Forças Armadas assumiram o governo, os policiais organizaram uma manifestação em frente ao Ministério do Interior, atribuindo a Mubarak e ao Ministro do Interior,

Habid El-Adly, a responsabilidade pela repressão na “Quarta-Feira Sangrenta” e pelas mortes. Com a palavra de ordem: “a polícia e o povo são um só”, acusaram o governo pelos baixos salários (83 dólares por mês) e pela ameaça de corte salarial (17 dólares) caso não cumprisse as ordens de reprimir a população nas ruas.

O fato das Forças Armadas aparecerem como aliada do povo que exigia mudanças e a polícia como defensora do regime foi a estratégia para a solução “ordenada” de remoção do ditador.

## Causas do Levante Popular

A revolta dos egípcios e o caráter massivo das manifestações tiveram suas raízes na miséria que atinge a maioria da população, no desemprego de milhões, na ausência de trabalho para juventude, na brutal repressão policial, na corrupção da cúpula militar e na ditadura sanguinária de Mubarak.

A crise econômica mundial agravou a pobreza das massas egípcias. Afetou duramente a indústria do turismo, contribuindo para agravar o empobrecimento de camadas inteiras da população, que sobrevive desse negócio. A alta dos preços dos produtos de primeira necessidade também estiveram na base dos protestos. O Egito importa 40% dos produtos alimentares básicos, que tiveram os preços elevados às alturas, a exemplo do açúcar importado (alta de 12%). Metade dos 85 milhões de pessoas vive com menos de 2 dólares por dia.

Os acontecimentos protagonizados pelo movimento popular na Tunísia, que derrubou o ditador Bem Ali, em 14 de janeiro, favoreceram a eclosão do levante.

O ódio das massas foi expresso na bandeira de renúncia de Mubarak e exigência de reformas políticas e econômicas. Esse ódio vinha há algum tempo sendo refletido não só na capital (Cairo). Há dois anos atrás, em Mahallah, 32 mil operários dos centros têxteis estatais e milhares de outras fábricas iniciaram o movimento grevista. Um protesto nacional contra o desemprego, os altos preços dos alimentos e a repressão policial ganhou projeção em 2008. Em apoio à greve e rechaço à repressão, surgiu que ficou conhecido com “6 de abril”. O assassinato do jovem khaled Said, em Alexandria, no ano passado, só fez aumentar a ira da juventude contra a repressão policial.

O levante popular indicou, portanto, a luta das massas famintas e exploradas contra um governo corrupto e sanguinário.

## As greves forçaram a remoção do ditador

Depois de alguns dias de manifestações, a greve geral paralisou o País. Nas indústrias têxteis da Província de Mahallah, 24 mil operários cruzaram os braços e exigiram melhores salários e direitos sociais e políticos. Os ferroviários, os petroleiros e os trabalhadores do canal de Suez aderiram à greve. Os lixeiros, os médicos e funcionários da saúde engrossaram as manifestações da Praça Tahrir. Bancários e trabalhadores de telecomunicações se juntaram aos protestos. No Cairo, Alexandria, Suez e Ismailia as greves tomaram conta de vários setores da economia.

O ascenso grevista obrigou a cúpula militar a apressar a remoção do ditador. A economia do Egito estava paralisada. Evidenciou-se para as Forças Armadas que havia o perigo da

classe operária modificar o caráter democrático das reivindicações, imprimindo-lhes exigências salariais e empregatícias. O que seria um passo para se configurar o confronto entre a classe operária e a classe capitalista.

As greves não se limitaram a pleitear a derrocada de Mubarak. Antes que se alastrassem e levassem o conjunto dos explorados a erguer um programa de reivindicações classistas, foi preciso colocar um ponto final nas manobras de sustentação do ditador.

## O caráter democrático do levante

O movimento foi conduzido pelas bandeiras da democracia burguesa. Embora os partidos de oposição entrassem tardiamente no movimento, conseguiram imprimir o conteúdo de classe burguês à revolta dos oprimidos. Desde as primeiras marchas à Tahrir, a palavra de ordem central foi a exigência da saída de Mubarak e eleições livres.

Os setores oposicionistas, que negociaram com a cúpula dirigente do governo, apresentaram as reivindicações do movimento. Entre elas: 1) destituição imediata de Mubarak; 2) transferência do Poder Executivo a um comitê interino; 3) dissolução do Congresso e eleição legislativa em março; 4) formação de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma Carta de um “Estado civil moderno”; 5) investigação independente sobre o desvio de dinheiro público; 6) fim do estado de sítio; 7) liberdade a todos acusados de crimes de consciência; 8) e que as eleições fossem supervisionadas pelo judiciário egípcio e pela ONU.

A explosão nas ruas não teve como correspondência a defesa do programa operário. Ao contrário, foi conduzido pelo programa burguês de reformas ao Estado, de defesa do capitalismo e de colaboração com o imperialismo. Por essa via, o movimento estava fadado ao fracasso.

O Egito é um país capitalista semicolonial, onde não é viável a plena democracia burguesa, dado o grau de atraso econômico e submissão ao imperialismo. Tarefas democráticas, como a independência nacional (expulsão do imperialismo) e

fim da fome e da miséria, não podiam ser defendidas pelos partidos oposicionistas.

O ódio ao intervencionismo dos Estados Unidos, comum nos protestos do povo árabe, ficou restrito a atos isolados (queima da bandeira norte-americana). A presença do proletariado, por meio das greves, não teve a possibilidade de mudar a linha democratizante. As reivindicações de emprego, salário e direitos sociais ficaram no segundo plano diante da reivindicação central de remoção do ditador e constituição de um “Estado civil moderno”.

A substituição de Mubarak pela Junta Militar não foi contestada pelos partidos oposicionistas, que consideraram o caminho para evitar o “caos” no País.

## A ausência da direção revolucionária

O levante popular não foi além da democracia burguesa porque não contou com o programa do partido marxista-leninista e trotskysta. O Partido Comunista Egípcio (estalinista) fez coro com as exigências democratizantes dos partidos oposicionistas. Em sua declaração de apoio ao levante, defendeu a substituição do ditador por um governo de coalizão, as eleições e uma Assembleia Constituinte, convocada por esse governo burguês.

As massas exploradas não estavam sob a direção revolucionária. Usaram os métodos da ação insurrecional, mas com o programa de manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da estratégia de um governo burguês. Um dos limites fundamentais do sublevação foi o não armamento das massas. O que lhe imprimiu um caráter pacífico e potenciou a estratégia democratizante da oposição burguesa.

Sem o partido revolucionário, inserido na classe operária, a revolta instintiva das massas não poderia caminhar para sua independência política. Uma das lições do levante popular é a tarefa de constituir o partido-programa, instrumento fundamental para pôr em pé a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

# Levantes na África e Oriente Médio

O norte da África tem sido sacudido por levantes populares contra governos ditatoriais.

**Na Argélia**, a Coordenação Nacional para a Mudança e Democracia (CNCD), que reúne partidos oposicionistas, sindicatos e agrupamentos populares – não reconhecidos pelo governo, convocou os protestos contra Abdelaziz Bouteflika, ditador que está no poder há 12 anos. O país vive em “estado de emergência”, a quase duas décadas, como medida facilitadora da repressão aos grupos muçulmanos e a todos que se dizem oposição ao regime. O governo argelino, em 1992, sufocou o levante popular que questionava os resultados eleitorais que davam vitória às organizações islâmicas. A partir daí, a repressão foi sangrenta. Estima-se que 150 a 200 mil foram mortos pela ditadura, que contou com o apoio da França e Estados Unidos. O levante atual tem com objetivo a exigência da revogação do “estado de emergência”. O Ministro das Relações Exteriores, Mourad Medelci, desafiou os manifestantes dizendo que a Argélia não é o Egito, mas foi obrigado a prometer que o “estado de exceção” será revogado dentro “dos limites da lei”. O país

argelino, ex-colônia da França, rico em petróleo e gás, sofre as consequências da crise econômica mundial, desemprego, alta dos preços dos produtos da alimentação básica, desemprego e subemprego.

**Na Líbia**, a população vem se manifestando em várias cidades. Exige reformas democráticas, o fim da corrupção e da ditadura do coronel Muammar Kadafi, no poder desde 1969. Da mesma forma que os outros ditadores do continente, Kadafi reprimiu brutalmente os protestos.

**Na Tunísia**, o levante popular que iniciou em dezembro afastou a ditadura de Zine Al-Abine Bem Ali, que ocupava o poder desde 1987. O ditador fugiu e assumiu o primeiro ministro Mohamed Ghannouchi. A manobra foi contestada pelas massas exploradas, mas não tiveram força de impor sua derubada.

## O Oriente Médio continua sendo o foco das revoltas.

A exemplo do levante no Egito, uma onda de protestos tomou conta do **Iêmen**, pequeno País no sul da Arábia Saudita

e submetido aos Estados Unidos. Exigem a renúncia do ditador Ali Abdullah Saleh, há 32 anos no poder. O governo tenta conter as manifestações diárias dos populares com a violenta repressão. Depois de um mês com muitas mortes e prisões, o movimento convocou “o dia da fúria” (18/2), com a bandeira “o povo quer derrubar o presidente”. Os Estados Unidos se reuniram com a camarilha militar para resolver o impasse. Saleh usou a mesma manobra de Mubarak, comunicando que não concorrerá as eleições de 2013 e não indicará um de seus filhos para concorrer. A população rechaçou a manipulação do ditador.

**Em Bahrein** - pequeno país petrolífero no sul do Irã, Golfo Pérsico, de maioria xiita, mas governado pela monarquia sunnita - os protestos têm como estratégia a derrubada da monarquia de Hamad bin Isa Al Khalifa. Os Estados Unidos têm interesses no País, porque este abriga a 5ª frota de sua marinha, para o controle do Golfo. O monarca respondeu com brutal violência, matando e prendendo os manifestantes. Receando o crescente movimento, Khalifa concedeu um bônus de cerca de 2700 dólares a cada família. Mas não surtiu o efeito esperado. A oposição exige sua renúncia e reformas constitucionais. A Praça Pérola se assemelhou a de Tahir, tomada pelos manifestantes.

## Manifesto do POR (13/02/11)

# Junta militar substitui Mubarak: Golpe contra-revolucionário no Egito

No 18º dia de manifestações, o presidente da República, Hosni Mubarak, deixa o governo e uma junta militar o assume. Trata-se de um golpe militar, desfechado em nome das massas combatentes. Trata-se de uma medida contra-revolucionária negociada no seio do regime político, com o aval do imperialismo.

Imediatamente, o levante que crescia em todo Egito foi desmobilizado. A trincheira de combate e resistência – Praça Tahrir – se desfez como por encanto. A euforia com a vitória contra o governo opressor, saqueador, esfomeador e antinacional empalideceu o sangue dos 300 mártires e o significado contra-revolucionário do golpe militar.

Os limites do levante popular estavam dados desde o início e se acentuaram no transcurso dos acontecimentos. Uma ação de protesto organizada pelos estudantes, inesperadamente, confluuiu, generalizou e canalizou o ódio da população à ditadura de Mubarak. Lançaram-se ao movimento a pequena burguesia urbana, com suas várias camadas, e parte da classe operária. Setores da burguesia saíram em seu apoio, assim que a resistência se mostrou consistente. As greves operárias e do funcionalismo que eclodiram na fase final da luta fortaleceram o movimento, deram um caráter de ofensiva e assinalaram uma nova etapa dos combates.

O levante popular expressou as mais variadas razões econômicas e sociais das diversas classes e camadas sociais que se concentraram na bandeira de fim da ditadura de Mubarak, convocação de eleições e liberdades democráticas. Da oposição burguesa ao partido comunista do Egito, que passaram a se ocupar da estratégia do levante, imperou a diretriz de remover Muba-

A **Jordânia**, também submetida aos Estados Unidos, foi sacudida pela revolta popular. O rei Abdullah II, usando de uma manobra, substituiu o primeiro ministro, em meio às manifestações nas ruas. A troca do ministro dificilmente fará conter os protestos, que chegam a pedir o fim da monarquia, forma de governo existente desde a criação do País, nos anos 40.

No Irã, o governo de Mahamoud Ahmadinejad havia convocado uma manifestação em favor à derrubada de Mubarak. A oposição, incentivada pelos Estados Unidos, aproveitou a convocação do protesto e exortou seus aliados a saírem às ruas. Pretendia transformar em um ato contra o regime de Ahmadinejad. O conflito resultou em repressão.

A situação convulsiva no norte da África e no Oriente Médio impõe a tarefa de erguer os partidos revolucionários, portadores da estratégia da revolução e ditadura proletárias. A experiência dos heróicos levantes populares indicam que as massas populares não poderão pôr abaixo o regime político da burguesia (seja ele uma ditadura, uma república ou uma monarquia) sem que estejam sob a direção e o programa da classe operária. O atraso na reconstrução do partido mundial da revolução proletária é o maior obstáculo na luta contra os regimes políticos burgueses.



*Uma semana após a queda de Mubarak: festa na praça. O movimento não derrubou o regime, que se preserva através do golpe militar*

rak, substituí-lo por um governo de transição e convocar eleições democráticas. Em essência, essa via unificou as forças políticas da oposição institucionalizada ou não. Evidenciou a ausência de uma direção revolucionária e a carência da presença física organizada do proletariado, que expressassem o programa de tomada do poder e de constituição de um governo revolucionário.

A esmagadora presença da pequena burguesia e a limitada aspiração geral de pôr fim aos 30 anos de tirania, afastando o presidente-ditador, indicaram as dificuldades que o levante revolucionário iria enfrentar, assim que ganhou força e expôs a fraqueza do regime em usar o exército para reprimir. O governo de Mubarak já expirava. Em setembro, haveria eleições.

Não havia acordo nas Forças Armadas sobre a sucessão que caberia a seu filho. A fraude eleitoral vinha sendo repudiada pela população. O movimento iniciado por jovens estudantes tomou a proporção de insubordinação revolucionária sobre a base da crise social e sob as condições de esgotamento do regime apodrecido.

A adesão das massas ao protesto estudantil alargou o horizonte para as reivindicações e potencializou um movimento de derrubada revolucionária do regime político. Mas sem o partido do proletariado e sem a estratégia da revolução social a explosão popular logo caiu nas mãos da oposição burguesa, que passou a lhe imprimir o objetivo de encontrar uma saída negociada com setores do regime, com o exército e indiretamente com os Estados Unidos.

Os generais foram saudados como amigos do povo e como sensíveis às vozes das ruas. No entanto, apenas aguardavam a hora certa para o golpe. Ficaram às margens, espreitando os ataques da polícia e dos paramilitares. Se as massas recuassem, os generais voltariam a Mubarak para lhe dizer que já não tinha mais o que fazer. Se resistissem e avançassem, antes que Mubarak fosse derrubado pelo levante, os militares o afastariam. Os Estados Unidos aprovaram essa tática.

O golpe estava planejado, bastaria apenas amadurecer as condições do confronto. No 17º dia, quando as greves operárias tendiam a crescer e a aumentar a adesão da população, Mubarak faz o pronunciamento de que ficaria no governo até as eleições e que deixaria o poder com sua família. No dia seguinte, é afastado pelo Conselho militar. A manobra política realizou-se na hora certa.

A junta de generais compareceu como a força que afastou o ditador. Nada custava declarar que cumpria a vontade democrática do povo egípcio. Esse desfecho contra-revolucionário explica por que o exército não reprimiu a insubordinação à temida lei marcial.

As Forças Armadas passaram a ter um lugar de primeira grandeza na República, proclamada em 1952 por meio de um golpe militar. O regime de Hosni Mubarak foi expressão do controle militar-policial do governo. Estima-se que a casta de oficiais comanda parte significativa da economia, o que passou a ser um problema para uma fração da burguesia egípcia e para os interesses particulares do capital estrangeiro.

O envio de 1,4 bilhões de dólares anuais pelos Estados Unidos para sustentação de um numeroso e bem equipado exército serviu à manutenção da ditadura e à política do imperialismo no Oriente Médio, basta ver o apoio ao Estado de Israel contra as massas palestinas. Mubarak e o exército egípcio são responsáveis pelo expansionismo sionista, pelo isolamento da Faixa de Gaza, pelo cerco econômico à Palestina e pelos massacres levados a cabo pelo exército de Israel. Não por acaso, uma das primeiras declarações da Junta foi de manter o acordo do Egito com Israel, dando assim garantias aos Estados Unidos de que a queda de Mubarak não passa de uma contingência conjuntural.

A conduta da oposição de conciliação com os generais, inclusive a da Irmandade Muçulmana, havido sido demonstrada no caminhar das lutas. Mas a prostração diante da solução golpista constituiu capitulação e traição. No momento em que se

passou a negociar com setores do governo a saída de Mubarak, anunciou-se o começo da traição. As massas não podiam sustentar espontaneamente o combate rejeitando a Junta. Estavam sujeitas à direção burguesa, que passou a controlar o levante.

Um movimento dos explorados pode eclodir espontaneamente sob determinadas condições econômicas e de opressão, mas não tem como se sustentar e avançar sem a direção. Na ausência do partido revolucionário, as forças burguesas de oposição se impuseram de cima para baixo.

O POR se posicionou claramente sobre o perigo da revolução ser desmontada pela estratégia democratizante da oposição burguesa. Levantou a bandeira de derrocada do regime, de tomada do poder pelas massas e de constituição de um governo operário e camponês. Rechaçou o exitismo pequeno-burguês da revolução democrática.

As reivindicações e tarefas democráticas do Egito semicolonial estão na dependência da revolução proletária e de nenhuma outra. Sem dúvida, as reivindicações democráticas foram e são o ponto de partida do levante das massas. Nem por isso, deixam de estar subordinadas à revolução proletária. Se assim não ocorrer, estão fadadas ao fracasso. É, portanto, necessário combater a estratégia burguesa e pequeno-burguesa da revolução democrática.

Uma nova situação se abre com o golpe e a dispersão do levante. A Junta atuará pela estabilização, utilizando-se da cooperação da oposição conciliadora. Um arremedo de democracia burguesa será a resposta dos militares, de setores da burguesia e do imperialismo às massas. Os problemas da economia e as necessidades prementes dos explorados permanecem. Estão em contradição com o governo golpista. Obama recomendou à Junta não desconhecer a revolta popular e arranjar formas de enganar os explorados com adaptações democráticas ao regime que foi preservado.

A dissolução da situação revolucionária não se dá somente pelo recuo das manifestações. Para a burguesia e seu exército, é preciso desfazer a unidade obtida na luta, por meio de concessões a camadas sociais isoladas. Haverá uma disputa interburguesa no seio do Estado em torno das reformas ao regime montado há três décadas. As massas serão convocadas a se alinharem por trás dos partidos burgueses que constituíram oposição. A via dessa política não será a de novos levantes, mas sim a da canalização institucional: eleitoral e parlamentar.

A vanguarda independente e que assumiu a trincheira dos embates deve se voltar para a classe operária com as lições extraídas da situação revolucionária. A principal delas é que a crise de direção se manifestou plenamente nos acontecimentos, que é preciso construir o partido revolucionário, cujo programa é o da revolução e ditaduras proletárias.

Novos combates virão – mais cedo, ou mais tarde. As conquistas alcançadas com o método da ação direta (manifestações de massa, barricadas, ocupações e a autodefesa contra os ataques da força paramilitar) são valiosas.

**Abaixo a Junta militar!**

**Fora as negociações burguesas oposicionistas!**

**Viva os que tombaram em luta!**

**Retomar os combates!**

**Constituir a direção revolucionária!**



**Ditadura Egípcia (manifesto do POR de 16/02/11)**

# **Primeiras medidas da Junta Militar**

## **Novas tarefas da situação**

No domingo, 13 de fevereiro, o Conselho Supremo das Forças Armadas decidiu que permanecerá por seis meses no comando do Estado, dissolveu o Parlamento, anunciou uma reforma da Constituição e prometeu convocar eleições. Manteve o estado de emergência e assegurou a continuidade do acordo de colaboração com Israel.

Imediatamente, soldados passaram a limpar a Praça Tahrir, enquanto que uma porção de ativistas lá permanecia desconfiada do desfecho e obstinada como último reduto de um levante de milhões de egípcios em todo o país. A trincheira e tribuna popular da interrompida revolução democrática – a mais ampla e verdadeira democracia que o Egito conheceu em toda sua história – perdeu a força e os militares golpistas passaram a ditar a denominada transição democrática.

A esquerda – do estalinismo ao pseudo-trotskismo – saudou o afastamento de Hosni Mubarak como grande vitória popular e não caracterizou a sua substituição pela Junta Militar como um golpe contra-revolucionário. No entanto, a gigantesca ação direta havia exposto o seu “tendão de Aquiles” na ausência de uma direção e de um programa revolucionários. A direção pequeno-burguesa combativa representada pelo ativismo da juventude não estava à altura de defender um programa democrático. E a direção burguesa que correu atrás do levante para assim se colocar à sua cabeça agiu como o “cavalo de Tróia” no seio das massas sublevadas.

Está aí por que o afastamento do ditador não se deu pelas mãos da revolução, pelo Estado Maior da Praça Tahrir e pela democracia do movimento popular. Está aí por que bastou o anúncio da renúncia de Mubarak para que a grandiosa onda de protesto nacional refluiu imediatamente. Está aí por que o golpe foi admitido como solução, ainda que a não desejada. E está aí por que o movimento não voltou às ruas para contestar o golpe contra-revolucionário e as medidas do Conselho Supremo das Forças Armadas de preservação do velho regime político.

A esquerda que se diz revolucionária e socialista não contribuiu e não contribuiu para extrair as lições da revolução interrompida com seus júbilos e com suas alegrias, dedicadas à “rebelião vitoriosa”, “à primeira vitória do povo”, à “revolução (que) derruba Mubarak”, “o amanhecer da revolução no Egito” etc. Não alertou para a traição que protagonizava a oposição burguesa. Não reconheceu como golpe contra-revolucionário os militares assumirem o poder por meio da Junta. Não defendeu a estratégia da revolução proletária. A esquerda se limitou, cada uma a seu modo, ao democratismo que concretamente levou a revolução democrática à impotência e à interrupção pela ação golpista das Forças Armadas.

É preciso ser severo na compreensão dos acontecimentos. O heróico levante das massas com seus trezentos mártires não contou com a direção do proletariado. Expressou a profunda crise de direção, resultante do desmantelamento da III Internacional pelo estalinismo e da desintegração da IV Internacional sob a política revisionista, na década de 1950. As massas egíp-

cias com sua juventude oprimida disposta à luta careceram do partido marxista-leninista-trotskista. Não puderam expressar seu ódio ao regime ditatorial, corrupto e sanguinário por meio da estratégia da revolução social, que somente o proletariado pode materializar por meio de seu partido.

A sublevação dos explorados esteve concentrada na bandeira de renúncia de Mubarak, não importando quem assumisse o seu lugar. A oposição burguesa procurou uma saída negociada em torno de um “governo de transição”. O partido comunista do Egito estalinista propôs a “formação de um conselho presidencial para um período transitório de duração limitada”, “um governo de coalizão” e convocação “de uma constituinte, eleita, para escrever uma nova constituição”. Ainda que a proposta apresentada pela oposição fosse de um governo burguês de conciliação, não foi aceita pelas Forças Armadas. A cúpula militar e o imperialismo tinham a avaliação de que bastava remover Mubarak para frear o movimento.

O regime estava decrépito. O imperialismo não teve dúvidas de que não havia direção revolucionária. As Forças Armadas se preservaram. À cúpula militar caberia o desfecho. A remoção do ditador enfraquecido seria o mal menor. O regime político se preservaria. O preço a ser pago, portanto, não custará mais do que remendos constitucionais. Com a colaboração da oposição burguesa, sedenta de compartilhar do poder do Estado, a insubordinação de 25 de janeiro servirá de alicerce e de legitimação às disputas interburguesas.

A Junta Militar não permitirá que as mortes de trezentos lutadores sejam apuradas. Não aceitará que o regime de Mubarak seja desmantelado e julgado pelos crimes cometidos. As Forças Armadas foram e continuarão a ser o esteio do Estado burguês e do regime estruturado desde o golpe de 1952 que pariu a República em 1953. Caso a Junta reformule a Constituição e convoque eleições, restabelecendo o Parlamento e o funcionamento presidencial, a democracia não passará de uma caricatura. O atraso semicolonial do País e a miséria das massas não permitem a democracia proclamada de boca cheia tanto pelo imperialismo como pela oposição burguesa. A necessidade de centralização autoritária demonstrada nesses cinquenta e sete anos de República continua vigente. É o que explica o amplo espaço ocupado pelas Forças Armadas no poder e o consequente controle de parte significativa das atividades econômicas.

Uma revolução democrática destruiria essa centralização, desmontaria o poder das Forças Armadas, expulsaria a casta privilegiada de civis e de militares e confiscaria imediatamente todos os seus bens. A democracia política no Estado refletiria a organização direta das massas e a ela se subordinaria. Esse é o ponto de partida da situação revolucionária que se abriu em 25 de janeiro e que emergiu dos acontecimentos, mas que não teve como se materializar devido à ausência da direção proletária. A derrocada do regime pela ação das massas levaria o proletariado ao poder. Somente por essa via as tarefas democráticas seriam postas em marcha. Uma Constituinte poderia

ser convocada sob o controle da classe operária e das massas organizadas na luta.

Não se pode considerar uma revolução democrática e nem o começo dela o afastamento do ditador pelos militares. É preciso que se diga sem meias palavras – sem o exitismo barato como o de que “a revolução derrubou Mubarak” – que houve um golpe contra-revolucionário para impedir que o levante derrubasse Mubarak. Afastar Mubarak e manter o regime político com os militares à frente é manter Mubarak. Não tem o menor sentido afirmar que “uma verdadeira revolução democrática está em curso”, se não se fundamenta no proletariado, na sua direção revolucionária, e se não se defende a estratégia da revolução proletária.

Existe a probabilidade das massas voltarem às ruas contra a Junta? Imediatamente, é mais improvável do que provável. Para alcançar a onda gigantesca que estremeceu o Egito durante dezoito dias, é necessário que as contradições econômicas

da crise interna e mundial se manifestem em grande escala. O refluxo imediato ao golpe indicou o limite da disposição e da capacidade de luta das massas sem uma direção revolucionária, encarnada pelo partido. Indicou também a impotência da direção pequeno-burguesa e o oportunismo da oposição burguesa. É provável que as contradições econômicas e sociais que desencadearam a insubordinação das massas virão à tona e novos embates ocorrerão. Mas a necessidade de constituir uma direção revolucionária continuará presente.

A vanguarda deve levar em conta todos esses obstáculos para preparar desde já novos embates que virão, cedo ou tarde, com o processo de adaptação do regime político às disputas interburguesas. As greves operárias mostraram um caminho promissor. As bandeiras “Abaixo o golpe contra-revolucionário”, “Fora a Junta Militar”, “Por um governo operário e camponês” estão colocadas pela nova situação que se abriu com o golpe contra-revolucionário.

## **Crescimento e recuo das economias capitalistas: duas faces de uma mesma moeda**

### **EUA: Crescimento sustentado pelo parasitismo financeiro**

O Banco Central dos EUA (FED) anunciou em fevereiro que a projeção de crescimento do país para os próximos três anos deve aumentar. A estimativa anterior indicava que 2011 teria um crescimento de 3,0% a 3,6%. O relatório do FED, divulgado em 16 de fevereiro, reajusta esses valores para cima. Em 2011, a previsão é de que o aumento fique entre 3,4% e 3,9%; em 2012, fique entre 3,5% e 4,4%; e em 2013, entre 3,7% e 4,6%.

Houve também uma melhora dos índices que envolvem desemprego e inflação. A taxa de desemprego que alcançou 11% no último trimestre de 2010, deve recuar, segundo previsto, para 9% em 2011; 8,1% em 2012; e 7,2% em 2013. A inflação não deve ultrapassar os 2% em nenhum dos três anos previstos.

O crescimento esperado, não é, no entanto, alavancado pelo crescimento da indústria, mas pelo aumento do consumo verificado no final de 2010. De acordo com o relatório, a atividade do setor de construção tem mostrado queda contínua. A desvalorização da moeda e o reaquecimento do crédito, resultados da intervenção do governo sobre a economia, favorecem a curto prazo a política de gastos da população.

A situação instável da Europa, com projeções de recuo, como da economia grega em 3% para 2011, e o quadro de “desconfiança” dos especuladores com os mercados “emergentes”, sobretudo com a situação do Brasil, favorecem uma entrada maciça de capitais nos EUA. O despejo de 600 bilhões de dólares (até o fim do segundo trimestre do ano), em forma de compra de títulos públicos, garante lucratividade certa para especuladores do mundo todo. A rentabilidade dos títulos de 5, 10 e 30 anos tem apresentado uma escala ascendente em virtude da medida governamental. No início de fevereiro, o rendimento dos títulos norte-americanos variava entre 2,26% a 4,73%. A tendência é que se valorizem ainda mais, enquanto o pacote de US\$ 600 bilhões não tiver se esgotado.

O que se nota dessas projeções é que se baseiam no artificialismo das medidas econômicas. Verifica-se que não há um portentoso crescimento da indústria, ao contrário, há em certos setores queda na produção. Do mesmo modo, os números atuais de desemprego demonstram que o ritmo de novos postos de trabalho não é proporcional ao crescimento econômico

verificado no último período. Em janeiro, apenas 36 mil postos foram criados, quando a estimativa é que se criassem 148 mil. A contradição é clara: o crescimento econômico engendra-se em meio a maior pobreza da população. Na verdade, o crescimento só pode ocorrer nessa situação: aumentando a distância entre os ricos e os pobres, estrangulando, portanto, o mercado interno. É bom lembrar que, em 2009, o mercado interno consumidor respondia por 71% do PIB do país. Significa que um crescimento do mercado de capitais desvinculado do crescimento do mercado consumidor conduz a uma situação de fragilidade para a economia norte-americana.

A indústria da construção já apresenta hoje uma situação bastante difícil. Responsável, em 2009, por 4% do PIB, o setor tem visto trimestre após trimestre diminuição nas vendas e, por consequência, no ritmo da produção. No ano de 2009, o setor contribuiu com US\$ 907,8 bilhões; esse valor retraiu 10,3% em 2010 (chegando a US\$ 814,2 bilhões). A previsão de que o setor encolheu ainda mais em janeiro de 2011 põe em alerta os mercados de ações e joga uma pá de cal sobre a expectativa de aumento de emprego nessa indústria, que empregava em 2009 mais de 8 milhões de trabalhadores.

### **Brasil: recuo com aumento da opressão social**

A possibilidade de crescimento do PIB norte-americano, na atual situação, opõe-se à possibilidade de crescimento nas demais economias. Isso é o que tem sido verificado nas últimas semanas pelos economistas burguesas. No caso do Brasil, já se fala de uma “fuga de capitais”, o que representa uma desvalorização dos papéis de empresas públicas e privadas do país. Nas previsões otimistas de Mantega, a economia do país deve recuar em relação a 2010, cujo crescimento chegou a 7,5%, e ficar entre 4,5% e 5,0%.

Chamamos as previsões de “otimistas” porque o Banco Central já estimou que o volume de crédito deve diminuir em 20% no ano de 2011 (passar de 20% para 15%). Essa diminuição é significativa tendo em vista o peso do volume de crédito para a economia nacional. Em 2009, esse volume correspondia a 45% do PIB; em 2010, o valor foi para 48%. Em outras palavras, a diminuição do crédito afeta diretamente a produção de riquezas. A possibilidade de endividamento da população e das empresas

privadas, seja por crédito com recursos livres (que se estabelece entre instituições financeiras e os clientes), seja por crédito direcionado (com taxas preestabelecidas e vinculadas, sobretudo, a financiamentos efetuados pelo BNDES), tem sido um fator importante para o crescimento do PIB nos últimos anos.

Não bastasse o prognóstico de diminuição do volume de crédito, ainda há pressões internacionais para o controle do valor das commodities. O Brasil quer se opor à proposta da França de controle do preço, no entanto, dentro do G8, a proposta ganha relevo combinada à pressão dos EUA de valorização da moeda chinesa.

Face à crise, os países imperialistas buscam intervir de forma mais intensa sobre as economias atrasadas. O crescimento da China em 2010 e sua subida à segunda maior economia do planeta permite que, temporariamente, resista às pressões internacionais de desvalorização de sua moeda. O mesmo não se pode dizer do Brasil, cuja sobrevalorização da moeda e previsão de corte de gastos do governo em R\$ 50 bilhões fragilizarão ainda mais o país no mercado internacional. O enorme aumento no preço das commodities, nos últimos anos, não se manterá, ao mesmo tempo em que a desindustrialização tende a se agravar, aumentando as pressões interburguesas sobre a política econômica do governo Dilma. Espremidos pela intervenção imperialista sobre o mercado internacional e lidando com tendências de constrição do mercado interno, os planos do setor econômico do governo mostrar-se-ão insuficientes para manter o crescimento do país, apontando para recuos ainda maior do PIB.

O corte nos investimentos públicos e em setores sociais, a manutenção do salário mínimo de miséria e a realização de reformas constitucionais expressam a resposta do governo para o cenário esboçado acima. O recuo da economia não representará apenas menor participação na economia mundial, significará retração da economia interna e aumento da opressão social.

## **Não há saída econômica para a crise**

Os caminhos traçados até agora apontam para duas respostas à crise (à exceção da China, que apresenta particularidades dentro da economia mundial, embora esteja entrelaçada a ambos os caminhos): a primeira, “europeia”, baseia-se no corte de gastos, diminuição das dívidas públicas e entesouramento de riquezas; a segunda, “norte-americana”, fundamenta-se no aumento de gastos públicos, aumento das dívidas interna e externa e intervenção maciça sobre a economia. Ainda que aparentemente opostas, elas apresentam dois traços em comum – fundamentais à lógica capitalista – o Estado despeja dinheiro às empresas capitalistas

## **Argentina**

# **Assim age o imperialismo norte-americano**

No início de fevereiro, autoridades argentinas descobriram em um avião da Força Aérea dos Estados Unidos uma carga clandestina trazida para o País. Diversos materiais foram encontrados: “armas e drogas, várias doses de morfina, material para interceptar comunicações, GPSs muito sofisticados, elementos tecnológicos com códigos secretos e um baú cheio de medicamentos vencidos” (O Estado de São Paulo).

Diante do conflito diplomático, o governo norte-americano explicou que se tratava de materiais que serviriam para treinar militares da Polícia Federal argentina. O governo argentino, no entanto, desconhecia o fato.

Como pode a presidente da República ignorar que alguém do aparato da Polícia Federal havia acertado com os Estados Unidos um treinamento de agentes? E por que o cargueiro C17

em dificuldade (particularmente os bancos) e descarrega a crise sobre os trabalhadores (elevado desemprego e corte de gastos em áreas sociais). A Europa, nesse segundo aspecto, tem se mostrado mais “austera”. O Brasil segue o modelo “europeu”: o anúncio de cortes e a manutenção de reservas cambiais muito acima do possível para a economia atrasada são indícios do caminho a ser trilhado pelo país.

A aparência de “oposição” entre as respostas se desfaz também quando se percebe que os dois caminhos convergem para o aprofundamento da guerra cambial (desvalorização da moeda via intervenção do Banco Central, caso do EUA; desvalorização da moeda via quebra de parte do mercado interno, caso da Europa), a qual, por sua vez, é apenas uma manifestação da antiga guerra comercial entre os países

Os mecanismos econômicos mostram-se a curto (Europa) ou a longo prazo (EUA) ineficientes para resolver as contradições que vão brotando da interdependência da economia mundial. A longo prazo, EUA veem sua economia crescer, à custa de mecanismos artificiais e parasitários e à custa do estreitamento de seu poderoso mercado interno consumidor. A curto prazo, Europa vê toda sua estrutura social ruir, enquanto as taxas de crescimento caem.

Como analisava Marx, a crise é o momento de ajuste da economia capitalista, que se enroscou em contradições. Por serem contradições insolúveis, forjadas pelo desequilíbrio entre os dois pólos fundamentais do mercado (compra e venda), portanto, vinculadas à questão da superprodução, essas contradições não podem ter um saída puramente econômica. A saída necessária surge então de maior opressão social, de destruição da força viva do trabalho: o proletariado mundial. E destruição de forças produtivas por meio de conflitos e guerras entre nações. Eis por que agigantam-se as tendências bélicas do capitalismo imperialista.

Por isso, todos os dados convergem para a manutenção e mesmo elevação das taxas de desemprego, diminuição do valor dos salários e retirada de direitos. Crescimento ou recuo das economias, na atual fase, representam aumento da exploração do trabalho. Essa é a conclusão fundamental que resulta da política burguesa para a crise.

A classe operária e demais oprimidos do Brasil, dos EUA, da Europa e do conjunto do planeta não podem ter ilusões em relação ao crescimento, nem podem fazer concessões em virtude da estagnação ou recessão das economias capitalistas. Continuamos levantando a resposta proletária para a crise em todos os países: defesa das reivindicações elementares, erguidas pelo Programa de Transição, combinada à defesa de construção do Partido Mundial da Revolução, dirigente máximo da Revolução Proletária.

ocultou dos argentinos a carga deletéria? Medicamentos vencidos e drogas, para que tanto realismo? Não resta dúvida que se trata de uma ação do imperialismo que fere a soberania da Argentina, cujo objetivo obscuro indica uma operação político-militar em área da América Latina.

Há incontáveis precedentes de atuação do imperialismo norte-americano para desestabilizar governos, promover golpes militares, combater em terra alheia movimentos, guerrilhas, etc. Em nome dos interesses dos Estados Unidos e da democracia, vale tudo. Ainda está por ser elucidada a operação de seqüestro de militantes considerados terroristas e de prática de tortura em centros clandestinos montados em vários países pelo governo George W. Bush.

Sob a máscara de direitos humanos, de liberdade e seguran-

ça mundial, o Estado norte-americano penetra seus tentáculos militares em todo o mundo. Quando o governo é amigo, oculta a ação bárbara por meio de acordos; quando não o é, penetra clandestinamente em setores do Estado e os usa como canal para ações clandestinas. A apreensão de materiais militares e policiais na Argentina é uma pequena amostra do que ocorre constantemente em toda a parte.

Cristina Kirchner recorreu à bandeira de soberania. Irá defendê-la? Apurará até as últimas conseqüências que setores e autoridades militares acertaram com os Estados Unidos a operação clandestina? Mostrará para os argentinos as reais razões

## **Bolívia**

# **Diferentemente do que acontecia no passado, agora as mobilizações estão cada vez mais unificadas**

A miséria vai se agravando nos principais setores sociais da população como resultado do aumento espetacular dos preços de todos os artigos básicos. Uma situação que já se vivia antes do gasolinaço e que esta medida fez agravar a tendência de alta devido à baixa oferta de produtos pela queda na produção de alimentos e pela demanda no mercado estar acelerada.

Os salários dos trabalhadores e os rendimentos de grandes setores da população (cooperativados, artesãos, profissionais liberais, os agricultores que têm relação com o mercado interno, etc) caíram drasticamente em seu poder de compra. Esta situação é agravada porque a empresa estatal EMAPA, ao monopolizar a comercialização de açúcar, arroz, farinha, óleo e outros produtos (o Estado - desta forma - pretende regular os preços), acaba com qualquer possibilidade de que os varejistas possam ter acesso ao mínimo diário para aliviar a fome da sua família.

Por outro lado, enquanto a população vive essa situação de pobreza, de escassez de alimentos, de inflação acelerada, e assim por diante, o governo anuncia o investimento de mais de 300 milhões de dólares na instalação do satélite Tupac Katari, a compra de aviões e helicópteros e acentua sua campanha demagógica sobre as milionárias reservas internacionais.

A cada dia que passa torna-se mais claro o fracasso de sua política sobre os hidrocarbonetos, revelando-se as grandes concessões às multinacionais, ao Brasil e à Argentina que significam uma perda de bilhões de dólares para o Estado boliviano.

Toda esta série de acontecimentos e muitos outros se converteram numa reação que impulsionou os explorados a saírem às ruas. Começando na rebelião contra o gasolinaço e, posteriormente, contra o aumento brutal do açúcar, se acelerou o processo de mobilização em todas as partes do país. As mobilizações se tornam cada vez mais massivas, e levam o governo a reduzir sua margem de manobras que visavam a desviar a atenção dos explorados na solução de seus problemas reais de subsistência material.

O circo (o asilo do ex-governador Cosío no Paraguai que saiu do cargo expulso pela população de Tarija, a descriminalização do "acullico" -- mascar folha de coca --, o caso do terrorismo separatista, etc) já não tem um efeito distracionista

de a Casa Branca ocultar a ação? Certamente, não defenderá a soberania. Usará o conflito para manter as massas sob o controle de seu governo. Negociará uma saída com as autoridades norte-americanas, de forma que acabe bem para todos.

Somente a luta antiimperialista dirigida pelo proletariado desmascararia as pretensões do imperialismo. O fato, não obstante, alerta os explorados e sua vanguarda para a necessidade de pôr em pé uma frente única antiimperialista. Há que se revelar todos os acordos – secretos ou não – entre o Estado argentino e o imperialismo. Há que denunciá-los e rompê-los. Esse é o ponto de partida para responder à prepotência dos Estados Unidos.

sobre a consciência dos explorados. Estes agora avançam ameaçadoramente destruindo todos os obstáculos que são jogados em seu caminho. A burocracia é forçada a disfarçar suas verdadeiras posições e a falar com uma linguagem radical a fim de evitar serem expulsos pelas massas enraivecidas.

A novidade deste processo é que, ao contrário do que aconteceu no passado recente, onde as manifestações surgiam e se extinguíam isoladas, agora tendem a se unificar e se potenciar. É comum encontrar nas ruas condutores, comerciantes, professores, funcionários, etc, que, até o dia anterior, pareciam ter interesses diferentes e até mesmo opostos. Agora todos estão gritando a uma só voz as palavras de ordens contra a miséria, a fome. Além de desmascarar a incapacidade do governo decidido a despejar sobre as costas dos mais pobres e explorados todo o peso da crise capitalista com seus gasolinaços, açucaços e outros castigos que acentuam ainda mais a fome na população.

De repente, na consciência das pessoas, que até poucos meses atrás tinham ilusões no governo do MAS, está se produzindo uma mudança radical, já estão convencidos de que Evo Morales e sua corja de ministros e parlamentares não passam de instrumentos das multinacionais e das empresas privadas nacionais. Pode desaparecer da cabeça da população o falso dilema: "Depois de Evo quem virá?" que expressa a impressão da ausência de um caudilho capaz de lutar pelos interesses materiais das pessoas através de uma perspectiva de política viável. Agora as pessoas começam a pensar: "Se Evo pôde ser presidente, qualquer outro vai fazer melhor". Surge na consciência das pessoas a necessidade de um verdadeiro partido revolucionário capaz de realizar uma mudança radical da estrutura econômica e tornar realidade o que eles chamam de "agenda de Outubro", entendida como expropriar as empresas multinacionais e pôr fim ao latifúndio. O aprofundamento e a expansão do movimento está promovendo a conscientização dos explorados de reivindicar uma saída revolucionária, rumo à estruturação de um governo operário e camponês, baseado na propriedade social dos meios de produção.

(Extraído do Masas boliviano nº 2206 de 18/02/2011)